

**COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR À
ATUAÇÃO DO ESTADO NA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS
NA SEQUÊNCIA DOS INCÊNDIOS DE 2017 NA ZONA DO
PINHAL INTERIOR**

[Inquérito Parlamentar n.º 2/XIV/1.ª (PSD)]

Reunião n.º 8

15 de julho de 2020

(17:08 h – 20:13 h)

Ordem do dia:

Audição do Sr. José Manuel Almeida Lourenço, na qualidade de Presidente à data dos factos e atual Presidente da Junta da União de Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral.

Presidente da Comissão: Paulo Rios de Oliveira (PSD)

Deputados oradores: Hugo Patrício Oliveira (PSD)

Raul Miguel Castro (PS)

Fabiola Cardoso (BE)

João Dias (PCP)

João Pinho de Almeida (CDS-PP)

Marina Gonçalves (PS)

Jorge Paulo Oliveira (PSD)

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Boa tarde, Sr.^{as} e Srs. Deputados, cumprimento a todos.

Eram 17 horas e 8 minutos.

A nossa ordem de trabalhos de hoje contempla principalmente uma audição e eu pedi para serem aditados o ponto 1 e o ponto 2, exatamente nos termos que foram indicados aos Srs. Deputados. Um tem a ver com a suspensão dos trabalhos da Comissão durante o mês de agosto, a não ser que os Srs. Deputados façam muita questão e serei sensível a esse apelo. Se nada tiverem a opor, o que está previsto é fazer suspender os nossos trabalhos entre os dias 30 de julho e 2 de setembro. Como dia 2 de setembro é uma quarta-feira, não faria muito sentido virmos cá na quinta-feira, dia 3, para fazermos uma única audição e, portanto, em setembro, recomeçaríamos no dia 2, quarta-feira, e depois dia 3, quinta-feira, sendo que depois seguiríamos o curso normal.

Em relação às próximas duas semanas, na próxima semana teremos a audição na terça-feira, não teremos na quarta ou na quinta, por causa do debate do estado da Nação e na última semana estão previstas audições na terça-feira, quarta-feira e quinta-feira, ou seja, salvo erro, nos dias 28, 29 e 30 de julho.

Algum dos Srs. Deputados quer usar da palavra?

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Eurídice Pereira, faça favor.

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Sr. Presidente, queria fazer uma sugestão. Admitindo que as comissões permanentes podem vir a reunir no dia 30, até para acertar redações finais — a esta distância isso é possível —, propunha que na última semana só fizéssemos audições na Comissão de Inquérito na terça-feira e na quarta-feira, e não na quinta-feira.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada Emília Cerqueira pediu a palavra. Faça favor.

A Sr.^a **Emília Cerqueira** (PSD): — Sr. Presidente, de facto esta é também uma das questões que preocupam o PSD, porque estamos num momento de fechamento de processos legislativos e as redações finais que ainda não estiverem acabadas têm de ser todas acabadas nesse dia. Para nos precavermos de uma eventualidade, não temos nada a obstar à sugestão acabada de fazer pelo PS, pelo que faríamos as audições de terça-feira e de quarta-feira e no último dia ficaríamos com essa possibilidade, para não estarmos aqui muito constrangidos pelas audições. Portanto, não temos nada a opor.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Fabíola Cardoso, faça favor.

A Sr.^a **Fabíola Cardoso** (BE): — Sr. Presidente, queria cumprimentar todos os presentes, os serviços e quem nos acompanha através da *internet*. O Bloco de Esquerda também não se opõe a essa medida, que parece da mais elementar prudência para garantir que os trabalhos nas outras comissões possam decorrer, nomeadamente na Comissão de Agricultura e na Comissão de Ambiente, que estão diretamente relacionadas com este assunto.

O Sr. **Presidente**: — Assim sendo, e se mais nenhuma Sr.^a Deputada ou Sr. Deputado quiser usar da palavra, respondendo um bocadinho não só a um alargado sentido nesta sugestão, mas principalmente porque ela faz todo o sentido pois na última semana fechamos processos legislativos e há reuniões, algumas delas curtas e outras nem por isso. Sendo assim, Sr.^{as} e Srs. Deputados, na última semana teremos audições na terça-feira e na quarta-feira, dispensando a quinta-feira para uma qualquer reunião de emergência que tenhamos nessa semana, inclusivamente eu próprio.

Se os Srs. Deputados estiverem de acordo, poria à votação a suspensão dos trabalhos entre o dia 30 de julho e o dia 1 de setembro, para não incluir os próprios dias. Confesso que também tinha a expectativa de que iríamos mesmo suspender em agosto. Se continuarmos neste ritmo vamos conseguir cumprir, claramente, a nossa agenda pesada de audições e não teremos de o fazer em agosto.

Assim sendo, ponho a proposta à votação.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PAN.

A suspensão dos trabalhos será feita nesses exatos termos.

Ainda temos para deliberar — e isto consta de um requerimento que foi remetido a todos os Srs. Deputados — a indicação de três nomes por parte do Partido Social Democrata, que são a Cruz Vermelha Portuguesa, a Cáritas Diocesana de Coimbra e a União das Misericórdias Portuguesas em conjunto com a Fundação Calouste Gulbenkian. Como sabem, estas três audições têm de ser aprovadas em Comissão e, assim sendo, se ninguém tiver nenhum comentário a fazer, pô-las-ia imediatamente à votação.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, registando-se a

ausência do PAN.

Estas audições seguirão o critério base que temos tido, que é o de seguir a lista tal e qual ela vai sendo apresentada. Ou seja, se mais tarde vier a acontecer votarmos aqui outras audições, em princípio, seguirão essa lista, a não ser que algum grupo proponha ou a Comissão entenda antecipar ou adiar alguma delas.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, terminados estes dois pontos, que foram rápidos e pelo que agradeço a vossa colaboração, iremos dar início à audição do Sr. José Manuel Almeida Lourenço, na qualidade de Presidente à data dos factos e atual Presidente da Junta da União de Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral. Peço só que aguardem 1 minuto para eu ir buscar o nosso depoente.

Pausa.

Srs. Deputados, vamos então dar início à nossa audição.

Para efeitos de gravação e também para quem nos possa estar a ver e a ouvir, esta é uma reunião da Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à atuação do Estado na atribuição de apoios na sequência dos incêndios de 2017 na zona do Pinhal Interior e temos hoje a audição do Sr. José Manuel Almeida Lourenço, na qualidade de Presidente à data dos factos e atual Presidente da Junta da União de Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral, a quem dou as boas-vindas e cuja presença agradeço.

As Sr.^{as} e Srs. Deputados sabem bem e o nosso depoente também o saberá, pela notificação, mas não deixo de referir, que as audições nesta Comissão de Inquérito decorrem da seguinte forma: na primeira ronda, cada grupo parlamentar dispõe de 8 minutos em modelo de pergunta/resposta, ou seja, responde imediatamente; na segunda ronda passamos a intervenções seguidas, de 5 minutos, por cada grupo parlamentar, sendo que depois V.

Ex.^a responderá no conjunto; há ainda, se necessário, uma terceira ronda em que cada grupo parlamentar dispõe de 3 minutos e que, querendo, cada Sr. Deputado ou Sr.^a Deputada dispõe, individualmente, de 2 minutos.

V. Ex.^a dispõe da possibilidade de fazer uma intervenção inicial, até um máximo de 15 minutos, de enquadramento do que estamos aqui a discutir. Pretende dispor dessa prerrogativa ou começamos já a audição com as perguntas dos Srs. Deputados?

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço** (Presidente da Junta da União de Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral): — Sim, vou usar esse tempo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Sr. Presidente e, na sua pessoa, todas as Sr.^{as} Deputadas e todos os Srs. Deputados.

O meu agradecimento, em nome pessoal e em nome da União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral, por estar aqui no Parlamento, que é a Casa da Democracia, para falar de Castanheira de Pera e desse dia trágico que foi o dia 17 de junho de 2017.

Ora bem, vou fazer um pequeno resumo. Espero que não seja maçador para os Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, mas como vivi a situação, estive presente, tenho factos e, como tal, é isso que vou apresentar às Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Sou um daqueles presidentes de Junta das pequenas freguesias por esse País fora, do interior, onde, realmente, temos aquele subsídiozinho dos 275 € por mês, mas estamos 24 horas agarrados ao telefone a atender os nossos fregueses. Isto é que é, na minha maneira de ver, a causa pública. É

esta! Como tal, tenho de ter o meu trabalho. Sou técnico de farmácia, há 40 anos, na única farmácia do concelho de Castanheira de Pera e nesse fim-de-semana trágico estava escalado para o serviço. Tive a companhia da Diretora Técnica até às 13 horas, hora em que esta se ausentou, pois teve de ir para a sua residência, em Coimbra, e fiquei só. Por volta das 15 horas tocou a sirene dos bombeiros, quatro vezes.

Para sintonizar os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas, a sirene tocar quatro vezes significa que é para fora do concelho, três vezes é para a zona sul do concelho, duas vezes é para a zona norte e uma vez é para a periferia da vila.

Ao tocar quatro vezes soube que era fora do concelho, mas, como Castanheira é uma vila pequenina, a farmácia fica na mesma avenida dos Bombeiros, a 150 m de distância, e desloquei-me lá, porque o «bichinho» estava cá a mexer, para perceber afinal o que se passava e onde era o incêndio. Disseram-me que o incêndio era no concelho vizinho, na parte norte de Pedrógão Grande, e foi quando reparei numa grande coluna de fumo. Como sou natural de Pedrógão Grande, precisamente da parte norte do concelho, liguei a um familiar a quem perguntei onde era o incêndio, que me disse: «É nos Escalos Fundeiros». Já todos os Srs. Deputados ouviram falar nos Escalos Fundeiros.

Passado pouco mais de 1 hora, a sirene começou a tocar a pedir reforços. Entretanto, havia comentários de que o incêndio se estava a aproximar da vila de Pedrógão Grande. Nesse momento fui aos Bombeiros, falei com eles e disseram-me que já lá tinham carros, inclusive o carro da junta de freguesia, porque temos um carro com um mini tanque que estava afeto à Proteção Civil. Na altura do verão entrego-o à Proteção Civil porque como as juntas são pequenas não temos capacidade humana, e isso é que é importante. Entreguei-o e já lá estava. E o Sr. Presidente da Câmara também já estava em Pedrógão.

Aquilo passou e no fim da tarde é que começou a desgraça. Por volta das 19 horas e 30 minutos chegou um munícipe, um amigo, de Sarzedas de S. Pedro Para as Sr.^{as} Deputadas e para os Srs. Deputados talvez não diga muito, mas foi onde faleceram 10 pessoas numa aldeia. Repito, 10 pessoas! Num dia tive oito funerais lá no cemitério. Oito!

Entretanto, esse amigo diz-me «Zé,...» — porque lá eu sou conhecido por Zé, a mim ninguém me trata por presidente, sou o Zé da farmácia e ponto final, estou lá há 40 e tal anos, conheço a maioria das pessoas e todas elas me conhecem — «... Sarzedas está a arder, as casas estão a arder e os quintais. Só oiço gritos!». Fiquei aterrorizado. Naquele momento, começaram a chegar pessoas a Castanheira, junto à farmácia e em cima, junto aos bombeiros, que ficam na avenida principal. O fumo começou a aproximar-se e a partir das 8 ou 9 horas da noite, mais ou menos, ficámos sem comunicações. «Na estrada nacional n.º 236-1...» — a que, como os Srs. Deputados já ouviram falar, puseram o nome de estrada da morte, com o que eu não concordo — «... já morreram 19 pessoas», disse-me ele. Fiquei... Realmente... Morreram 19 pessoas!

Com toda esta situação ficámos sem contactos. A minha mulher estava em Figueiró dos Vinhos com os meus sogros, acamados, e não tinham comunicação. Os meus pais e irmãos estavam nos Escalos do Meio, no lugar, e também não tinham comunicação. Como eu tinha a Vodafone, passo a publicidade, ainda consegui comunicar até à meia-noite, mas a partir daí nada. Começaram a chegar pessoas pela farmácia dentro a dizer que as casas arderam, que faleceram pessoas... Tudo um autêntico drama! O centro de saúde fechou às 18 horas, não havia médicos, e reabriu às 20 horas, com médicos, precisamente, e com voluntários que, entretanto, apareceram.

Entretanto, soube-se que os cinco bombeiros de Castanheira de Pera estavam no centro de saúde e dei um salto ao centro de saúde para ver como estavam. Portanto, imagine todos a gritar, cada um para seu lado. Entretanto,

na farmácia, foi uma confusão total. Estive, no sábado, sozinho, toda a noite; no domingo, estive todo o dia, sem comer praticamente nada, sem saber da minha família. Só no outro dia, na segunda-feira, é que peguei no carro. Os meus colegas, mesmo que quisessem ver-me, não podiam, porque estava tudo completamente fechado, não havia hipótese. Na segunda-feira, é que saí de casa e vim a saber da situação da minha mãe e da minha mulher. A minha filha estava em Coimbra e estava bem.

Entretanto, como compreenderão, a situação foi extremamente dramática. Passei lá momentos de dor e de sofrimento — fiz de médico e de psicólogo, ultrapassei os meus poderes de técnico de farmácia, porque as pessoas eram todas minhas amigas, minhas conhecidas. Ainda hoje, quando entram na farmácia, olho para a cara delas e digo o seguinte: «Faleceu-lhes o pai, os dois filhos, a nora». Este sofrimento foi o dia mais negro da existência dos 106 anos do concelho de Castanheira de Pera e nunca mais irá sair da memória de todos os castanheirenses.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, estou a dar este testemunho. Agradeço ao Sr. Presidente a possibilidade de poder realmente descrever como vivi e como senti. Estou aqui a testemunhar. Tudo o que eu vivo e testemunho é com verdade que estou aqui a dizê-lo. Não estou a falar por portas travessas, estou a falar a verdade. Sr.^{as} e Srs. Deputados, a verdade foi esse fim de semana trágico que vivi em Castanheira de Pera, que nunca pensei passar como Presidente da União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral. Depois, seguiram-se os outros percursos que, realmente, como dizia o Marquês de Pombal, foi cuidar dos vivos e enterrar os mortos. Só no concelho faleceram 13 pessoas. Na Estrada n.º 236-1, salvo erro, morreram 44 pessoas, na estrada que liga, quem conhece, Castanheira de Pera ao IC8, com 10 Km.

Só quero deixar aqui mais duas notas, que considero importantíssimas, quando oiço algumas pessoas falar sobre a questão do combate ao

incêndio... Tenho 62 anos, nasci naquela zona e sempre tivemos incêndios. Sempre! Mas como este, infelizmente... Quando o incêndio entrou no concelho de Castanheira de Pera, não havia hipótese alguma de o conseguir dominar, tudo o que lhe aparecesse pela frente era devastado, porque eram temperaturas de 40° C e ventos a soprar a cerca de 100 km/h. Na segunda-feira, passei por diversas aldeias todas a fumegar, casas e tudo. Encontrei alguns poucos munícipes e o que me disseram, completamente arrasados, foi: «Zé tive de me segurar a esta grade, se não o vento levava-me!». Essa é que foi a realidade do que se passou realmente em Castanheira de Pera e não só. Falo de Castanheira de Pera, porque sou o responsável pela União de Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Presidente, venho transmitir-vos, enquanto autarca da zona do Pinhal, que chamam agora a esta zona de «território de baixa densidade», mas eu continuo a chamar-lhe «território despovoado». Foi isso que sempre aprendi na escola e é o que o povo entende. A expressão «território de baixa densidade» só uma classe é que entende, o povo entende que é despovoado. É a isto que me refiro.

A todos muito obrigado. Sr. Presidente, terminei.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. José Lourenço.

Antes de dar a palavra ao Grupo Parlamentar do PSD, quero apenas dizer-lhe que acho que todos, e também o senhor, tivemos hoje consciência de que a sua intervenção inicial não teve exatamente que ver com o que está aqui em discussão, mas este Presidente, tentando interpretar o sentimento da Comissão, pensou que a melhor homenagem foi ouvi-lo até ao fim, com o nosso silêncio e a nossa disponibilidade.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Queremos, também nós, prestar-lhe a nossa homenagem e lembrar aquele momento tão difícil, embora saibamos todos que não é exatamente esse o objeto. Foi um momento importante para si e para nós e, por isso, muito obrigado.

Srs. Deputados, vamos, então, dar início à audição. Relembro que o que está em causa é a atuação do Estado na atribuição de apoios, na sequência dos incêndios de 2017, na zona do Pinhal Interior.

Dou a palavra, imediatamente, ao Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata. Sr. Deputado Hugo Patrício Oliveira, faça favor.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero dirigir a primeira palavra ao Sr. Presidente da Junta. Quero afirmar a consideração e o respeito que tenho pelos autarcas de freguesia e pelo papel de proximidade que têm junto das populações. Percebo exatamente o que nos transmitiu na defesa dos seus fregueses e o que sentiu. Foi importante ouvir o seu testemunho.

Tentarei ser conciso e objetivo nas perguntas que vou fazer-lhe. Em julho de 2019, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, embora fosse obrigatório desde 2006, não existia. Esta é uma responsabilidade do Presidente de Câmara, neste caso de Castanheira de Pera. Acredita que se existisse esse plano, todo o concelho estaria mais apto para o combate aos incêndios?

Permita-me ainda que lhe pergunte se o investimento que acabaria por surgir com este plano, para implementar as medidas do mesmo, permitiriam colmatar falhas estruturais no concelho, a nível de prevenção e combate aos incêndios. Houve prejuízos que podiam ter sido minimizados, se essas ações tivessem sido implementadas? Que medidas de combate e prevenção aos incêndios existiam antes dos incêndios de junho de 2017? Acha que o município estava bem preparado para as intempéries ou acha que poderia

estar mais bem preparado, com a existência do plano? Pergunto-lhe também se hoje o município se encontra capaz de responder positivamente, em caso de incêndio, e evitar mais tragédias.

O Sr. **Presidente**: — Sr. José Lourenço, não sei se teve hipótese de registar o conjunto alargado de perguntas que foi colocado e se isso não irá impedir que se dê uma resposta completa. Só este conjunto de perguntas dá pano para mangas!

Seja como for, tem a palavra para responder.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Sr. Deputado, sobre a questão do plano, como disse e muito bem, é da competência da autarquia, da câmara municipal. Portanto, a junta de freguesia, nesse aspeto, não é responsabilizada nem tem responsabilidade nesse campo.

Se me pergunta se o plano estava ativado e se a catástrofe — é a isto que nos estamos a referir — que aconteceu podia ser minorizada, não posso responder nem sim nem não. Sabe porquê? Porque não posso prever o que antecipadamente iria acontecer. Esta é a minha resposta: não sei. Àquilo que sei responder, respondo; àquilo que não sei, não posso responder. Portanto, Sr. Deputado, não poderei responder-lhe. Posso dizer-lhe: talvez sim. Mas, se me perguntar: «e no futuro?». De futuro, temos de ir aprendendo com os erros. Acho que, de futuro, com o que se passou em 2017, com a comunicação social e com os apoios a nível estatal e municipal, as câmaras, nomeadamente as do Pinhal Interior, devem apetrechar-se para que não volte a acontecer uma tragédia destas.

Sr. Deputado, digo-lhe, com toda a frontalidade e olhos nos olhos, que o que estou a ver, como autarca, relativamente à floresta — é isto que vai bater na questão —, não augura nada de bom. Onde havia um eucalipto, hoje estão lá 10! Como se sabe, a massa combustível é muito maior. A manta

morta — não sou bombeiro, mas, estando na zona do Pinhal, também já utilizo alguns termos dos bombeiros — cada vez é maior. Portanto, o domínio de um incêndio é muito difícil, é muito, muito complicado. O que estou a ver, por exemplo, com as faixas combustíveis...

Estou quase a responder como presidente da câmara, mas sou presidente de junta e essas competências não são minhas, Sr. Deputado. Estou a responder, mas não me compete. Estou no terreno e vejo o esforço das câmaras municipais, em concreto com a questão do combustível. Vejo os populares em ações de sensibilização precisamente para o corte à volta das habitações. Vejo os populares a limparem os terrenos como nunca tinham limpado. E vejo as câmaras municipais a irem ao encontro das populações como nunca tinham ido.

Agora, Sr. Deputado, pode perguntar-me se é o suficiente. Não sei, o futuro o dirá. Mas também vou dizer-lhe — com certeza conhece tão bem como eu — que, naquela zona, a maior parte das pessoas tem 70 anos ou mais, com reformas de 300 €. Sr. Deputado, sabe quanto custa a limpeza de 1 ha? Custa algo na casa dos 2500 €! Praticamente, é meio ano de reforma! Eu mandei limpar umas pequenas propriedades que tinha, de 100 m, à volta de uma povoação, e gastei 400 €. Sr. Deputado, não é fácil! Não é fácil limpar a floresta, porque a maior parte das pessoas são idosas e a maior parte das pessoas têm reformas de 300 € ou de 400 €. E, ao fim de dois anos, temos de limpar novamente tudo o que é mato e árvores que têm de ser cortados.

O nosso território do interior foi abandonado! Estou aqui a dizê-lo, na Assembleia da República, que é a Casa da democracia. É aqui que devo dizê-lo! O nosso território do interior foi abandonado durante décadas e não é agora, em meia dúzia de anos, por muita boa vontade que tenham — e têm — o Governo central, as autarquias, as juntas, as pessoas... Não é num piscar de olhos! As coisas vão melhorando e eu estou a aperceber-me — volto a

frisar — de que nunca vi tanta limpeza à volta das aldeias e nas estradas. As pessoas fazem das tripas coração e estão realmente a limpar.

Não sei se respondi à maioria das perguntas do Sr. Deputado, mas pelo que me apercebi, foi talvez o mais importante.

O Sr. **Presidente**: — Devolvo a palavra ao Sr. Deputado Hugo Patrício Oliveira.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sabe que o facto de não ser da sua competência, não importa tanto. Correspondendo a sua união de freguesias à totalidade do concelho, tem um conhecimento por vezes até melhor do que o dos presidentes de câmara.

Perguntei-lhe, há pouco, se os prejuízos podiam ter sido minimizados se houvesse implementação das ações que o plano poderia ter. A essa parte não respondeu.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Respondi, sim, dizendo que talvez pudesse minimizar, mas numa escala diminuta. Essa é a minha perceção.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Quantas casas arderam em Castanheira de Pera? Ou seja, na sua freguesia?

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Na minha freguesia? Ou no concelho?

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — No concelho, portanto, ao todo?

O Sr. **Presidente**: — Sr. José Lourenço, tem a palavra para responder.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Volto atrás um pouquinho para dizer que fiz parte da comissão que esteve no terreno a fazer o levantamento. Se a memória não me falha, em termos de habitações permanentes, salvo erro, foram 66, ou na casa disso, e de segundas habitações foi na casa das cento e tal, no concelho da freguesia.

Estive presente no terreno, logo a partir de terça-feira — ou eu ou um representante da junta —, com um representante da câmara municipal, com a segurança social... Com essas entidades todas que os senhores sabem. Foi esse o levantamento que fizemos: de permanência, foram 66, sim.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Disse que pertencia a uma comissão. Qual era a comissão a que se estava a referir?

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Não, estava a referir-me à comissão que fez o levantamento. Fizemos o levantamento nas aldeias, está a perceber?

Posso dizer-lhe que, na altura, fizemos o levantamento das casas ardidadas, com representantes da junta de freguesia, da câmara municipal, da CCDRC (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro), da segurança social e do IHRU — Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Portanto, foi essa a equipa que esteve presente. Pode faltar-me alguma entidade, mas, em princípio...

Como tal, tenho conhecimento, porque estive completamente no terreno. Aí, a junta de freguesia é importantíssima, porque conhece, no fundo, mais em pormenor do que as outras entidades as pessoas cuja casa ardeu ou não ardeu, pode ir ter com a pessoa *A*, com a pessoa *B*... Portanto, a junta de freguesia fez-se sempre representar, muitas vezes na minha pessoa, outras vezes na do tesoureiro ou da secretária.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sabe dizer-me quantas casas foram reconstruídas? Tem noção?

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — A perceção que tenho é que, das 66, foram reconstruídas as 66, ou 65, se não estou em dúvida. Praticamente estão todas reconstruídas, salvo, do que me apercebo quando passo na estrada, duas ou três casas que vejo que estão ainda numa fase de construção. O resto está tudo já terminado.

O Sr. **Presidente**: — Para ser inteligível, temos de separar as perguntas e as respostas dos comentários, portanto, pedia que esperassem que eu desse a palavra, só para esse efeito.

Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — E quantas empresas arderam?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. José Lourenço, para responder.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Olhe, não lhe posso... Familiares e outras foram capazes de ter ardidado algumas 8 a 10, na casa disso. Não tenho uma certeza precisa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sabe dizer-me que apoios é que foram distribuídos na sua freguesia para agricultura, para reconstrução de imóveis e para empresas?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. José Lourenço.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — O que posso responder é sobre o que passou pela junta de freguesia, que foi a questão dos subsídios aos agricultores, em que a equipa da junta esteve também no apoio, ou seja, até 1053 € era um pagamento feito pela segurança social, a partir de 1053 € até 5000 € era o REVITA e a partir daí eram candidaturas.

Que eu saiba, em Castanheira de Pera não apareceu nenhuma candidatura, porque é um processo mais burocrático. Aí, a junta de freguesia esteve no terreno e, portanto, tenho esse conhecimento. Dos outros de que o Sr. Deputado falou, realmente, não tenho conhecimento.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Mas, tendo em conta que devem ter sido feitas candidaturas, e como, naturalmente, conhece bem toda a gente na sua freguesia, não tem ideia de quantas candidaturas é que possam ter sido feitas?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. José Lourenço.

O Sr. **José Lourenço**: — Não tenho ideia.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Neste momento, na sua freguesia, falta atribuir alguns apoios? Naturalmente, os apoios são algo que se pretende sempre que exista cada vez mais e que nunca termine. Mas entende que ainda falta atribuir alguns apoios?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. José Lourenço.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Apoios, como o Sr. Deputado acrescentou, faltam sempre. Uma zona que foi completamente devastada há três anos não é... Em algumas aldeias, não ficou pedra sobre pedra.

Ainda hoje, realmente, as pessoas precisam de apoios, mas isso é evidente, não posso estar aqui a dizer o contrário. Há um apoio, pelo menos, de que as pessoas necessitam, Sr. Deputado, que é o apoio psicológico. Esse é o apoio fundamental, neste momento. Mas também tenho a acrescentar que, no centro de saúde, vem uma psicóloga ou psiquiatra, de 8 em 8 dias, atender os utentes de Castanheira de Pera. Para mim, o apoio que considero mais importante, neste momento, para algumas famílias, é o psicológico.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, devolvo-lhe a palavra.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente da Junta, na sua freguesia, houve segundas habitações afetadas pelos incêndios?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente José Lourenço, faça favor.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Houve cento e tal que foram afetadas pelos incêndios, sim senhor. Se não estou em erro, foram 104 ou para aí assim. Foram cento e poucas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Só para clarificar, foram 104 segundas habitações?

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Sim, habitações não permanentes. Não permanentes foram na casa das 104. Não é um número correto, mas é na casa das cento e poucas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Como classificaria o processo de atribuição de apoios do Fundo REVITA? A lei é clara e os critérios estão bem definidos? Acha que todos os apoios foram bem classificados?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. José Lourenço.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Todos os apoios foram bem... Desculpe, Sr. Deputado, perguntou se foram bem...?

Acredito que o Fundo REVITA, realmente, foi um instrumento essencial para a questão dos apoios na área do Pinhal. Se me disser que há um ou outro caso em que as coisas correram menos bem, isso acontece em tudo, ainda para mais numa calamidade daquelas, para a qual ninguém estava preparado, muito menos uma vila ou um concelho com 3000 habitantes, onde, naturalmente, faltam técnicos, muitas vezes, como nas câmaras municipais... Estamos a falar da Câmara de Castanheira de Pera, não estamos a falar da Câmara de Leiria nem da Câmara de Coimbra ou do Porto. Faltam técnicos e todas essas situações têm de passar por técnicos. Portanto, se me disser...

Agora, o REVITA, para mim, foi fundamental. Falhas? Só quem não faz nada é que não tem falhas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — De facto, o que gostava que me dissesse era se entende que os critérios do REVITA estavam bem definidos.

O Sr. **Presidente**: — Peço-lhe só um segundo, Sr. José Lourenço, porque vamos ter de fazer uma mudança tecnológica.

Pausa.

Faça favor, Sr. José Lourenço, para responder.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Na altura, por aquilo que me foi dado a perceber — porque, realmente, toda essa situação de apoios passava pela câmara municipal —, falando com os técnicos, acho que sim.

Em tudo o que tinha que ver com apoios, tanto a nível monetário como a nível de todos os outros bens, a junta de freguesia não teve responsabilidade absolutamente nenhuma. Na junta de freguesia não entrou nem 1 cêntimo nem um donativo. Quero frisar isto ao Sr. Deputado: não entrou nem 1 cêntimo nem um único donativo, fosse de que género fosse.

O Sr. **Presidente**: — Ficou gravado, Sr. José Lourenço.

Sr. Deputado, devolvo-lhe a palavra.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente da Junta, no caso dos agricultores, classificaria o processo de acesso ao apoio como simplificado e justo?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. José Lourenço.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Acho que foi simplificado e tivemos realmente um grande apoio, mesmo a nível dos técnicos do Ministério da Agricultura, que se deslocaram ao terreno. Tenho prova disso! Eu estive lá, tenho terrenos que arderam, terrenos que eram dos meus sogros e da parte da minha mãe. Estive lá com eles, fui lá. Eles vieram ao terreno ajudar as pessoas e, portanto, sobre esse assunto, acho que os agricultores...

Agora, se me disser que, para as necessidades, foi muito baixo... É que sabe uma coisa, Sr. Deputado? Quem sofreu grandemente com aquele incêndio foram os pequenos agricultores, porque ficaram sem nada. Os pinheiros e os eucaliptos que tinham eram como uns certificados de aforro.

Foi-se tudo! Isso é que é o essencial. Ficaram sem nada, pessoas com 70 anos e 60 anos... Um pinheiro, para dar corte, precisa de 30 anos e eucaliptos, como sabemos, já há a mais.

Portanto, o que digo ao Sr. Deputado é que também considero que, nesse aspeto, os apoios depois foram escassos. Agora, que o Ministério da Agricultura teve um papel bastante importante e veio ao terreno, isso veio, que eu também lá estive.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Posso ter percebido mal, mas, há pouco, quando falou na questão dos apoios agrícolas, disse que haveria poucos ou nenhuns tendo em conta aquele valor — portanto, no fundo, estou a falar do segundo nível dos apoios —, porque era muito complicado. Por isso agora perguntei se era simplificado. Estou a falar da questão dos 5000 €.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. José Lourenço.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Eu disse que era complicado a partir dos 5000 €. Estamos a lidar com agricultores que, na sua maior parte, não têm literacia, portanto, é muito difícil. Dizer-lhes que têm de fazer uma candidatura, para eles, no fundo, é um bichinho de sete cabeças.

Por isso é que, em relação a Castanheira, não tenho conhecimento. Não quer dizer que não tenha havido uma candidatura ao PDR 2020, mas não tenho conhecimento. A maior parte enquadrou-se dos 1053 € até aos 5000 €, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Disse há pouco que os processos passavam todos pela câmara. Portanto, depreendo que a junta de freguesia não tinha qualquer envolvimento na identificação dos processos de candidatura.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. José Lourenço.

O Sr. **José Lourenço**: — Não tinha, não, Sr. Deputado. Não teve.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Neste caso, nem a junta nem o Sr. Presidente da Junta?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente José Lourenço, faça favor.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Claro que sou o presidente e, portanto, falo só como presidente, não como Sr. Presidente. Sou o presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — A autarquia deferiu ou indeferiu processos — pergunto isto porque tem conhecimento no terreno — que tivessem sido sinalizados pela junta? Sinalizou alguns que pudessem ser deferidos ou indeferidos, ainda que não tivesse envolvimento?

É que, em relação ao processo do REVITA, embora houvesse as candidaturas, quem está no terreno, como o Sr. Presidente da Junta disse, e bem, tem conhecimento das pessoas. Ora, as pessoas dirigiam-se a si constantemente, como referiu, portanto, era normal que pudessem dizer que tinham um processo. Não estou a dizer que tivesse um envolvimento direto, mas era normal que o fizessem.

Assim, pergunto-lhe: no REVITA foram indeferidos processos que tivessem sido sinalizados ou indicados pela junta ou por si?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. José Lourenço.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Não, Sr. Deputado.

Posso acrescentar que a junta de freguesia só teve diretamente responsabilidade em termos de reconstrução relativamente a quatro anexos. Esses quatro anexos foram mandados construir pela Santa Casa da Misericórdia. Ligou-me o assessor do então Sr. Provedor, Dr. Pedro Santana Lopes, que me disse que a Santa Casa estava na disposição de ajudar a freguesia. Então, em conjunto com os técnicos da câmara, sinalizámos quatro anexos, que foram mandados construir na íntegra pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Aí, a junta teve um papel fulcral.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Teve conhecimento de pessoas que tenham mudado a sua morada fiscal após o incêndio só para beneficiarem de apoios do REVITA? Isso aconteceu na sua junta de freguesia?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente José Lourenço, faça favor.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Eu não tenho conhecimento, mas poderá ter surgido essa situação. Isso não passa naturalmente pela junta de freguesia, portanto, poderá ter havido. Não posso dizer se, sim ou não, terá realmente havido.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Como sabe, no Conselho de Gestão do Fundo REVITA, ao início, quem presidia era o Presidente da Câmara de Castanheira de Pera, à data o Dr. Fernando Lopes. Enquanto Presidente da junta de freguesia teve reuniões com o Sr. Presidente da Câmara para preparação dessas reuniões do Conselho de Gestão?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, pode responder.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Nunca tive reuniões com o Sr. Presidente da Câmara para o Conselho de Gestão do REVITA.

O Sr. **Presidente**: — Pode prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Pelo que também nunca esteve presente em nenhuma reunião do Conselho de Gestão.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Nunca estive presente em nenhuma reunião do Conselho de Gestão.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode continuar.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Tem hipótese de me dizer se a autarquia e as juntas de freguesia tinham, ainda assim, contacto com o Conselho de Gestão do REVITA, podendo ter conhecimento das decisões que eram tomadas? Qual era o contacto que tinham?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Presidente.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — A autarquia, a câmara municipal, naturalmente que sim; a junta de freguesia, não.

O Sr. **Presidente**: — Devolvo-lhe a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — A auditoria do Tribunal de Contas ao Fundo REVITA conclui que a definição dos critérios e requisitos para acesso ao Fundo REVITA e concessão de apoios não foi suficientemente participada e transparente. Foi imprecisa, não se focou integralmente nas necessidades sociais e foi objeto de alteração durante o processo.

Que comentário faz a esta conclusão?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, faça favor.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Não posso concordar nem discordar, isso é do Tribunal de Contas e o que está dito, está dito. A partir daí não vou dizer mais nada.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Ainda assim, nos relatórios do Fundo REVITA vimos que há referência apenas a apoios a habitações permanentes.

Era, o seu entendimento, de que apenas as primeiras habitações poderiam ser consideradas?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, faça favor.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Ou seja, no Fundo REVITA os fundos eram só para as primeiras habitações.

Se me perguntar se discordo, responder-lhe-ei que discordo. Eu achava que também as segundas habitações, não todas, mas a grande maioria, deviam realmente também ter esse apoio, porque é um território bastante desertificado, bastante despovoado, há pessoas que não eram de Castanheira de Pera, mas construíram a sua casa em Castanheira de Pera e nas aldeias. Com os incêndios elas continuam lá em escombros.

Srs. Deputados, se um dia passarem pela zona de Castanheira de Pera terei todo o gosto em vos mostrar, para terem ainda uma noção das casas abandonadas e queimadas que há naquele concelho. E se houvesse um apoio bastante forte por parte do Fundo REVITA estou convencido de que as pessoas avançavam na sua reconstrução e, neste momento, teríamos essas pessoas em Castanheira de Pera. E assim não temos.

Como o Sr. Deputado sabe, entretanto, deixou-se isso nas mãos das autarquias e cada uma delas fez o regulamento à sua maneira e conforme a sua caixa forte. Então, em Castanheira de Pera é uma percentagem; vamos para Pampilhosa da Serra e é outra percentagem. Portanto, se fosse estipulado de cima — e é isto que eu critico —, dizendo que o apoio às segundas habitações ou às habitações não permanentes é 50%, 60% ou 70%... Assim não, assim há uma discrepância, uma injustiça. Salvo erro, em

Castanheira de Pera foi de 30% sobre um valor de 80 000 €, mas há câmaras onde o valor foi de 50%. Isso aí é uma injustiça, sou crítico dessa situação, Sr. Deputado, sou crítico nisso, mesmo, porque acho fundamental esta questão das segundas habitações para o repovoamento.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Oliveira, faça favor.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Então, se depreendo bem, o seu entendimento é que o Fundo REVITA era só para as primeiras habitações e que as segundas habitações estavam fora do REVITA.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — As segundas habitações estavam fora do REVITA, esta é a minha interpretação. Poderá não ser a correta, mas a minha interpretação é essa e, como lhe digo, Sr. Deputado, a junta de freguesia não foi ouvida nem achada neste processo, está é uma opinião que estou aqui a dar, porque não tive nenhuma reunião com a Comissão Técnica do REVITA, com os autarcas. Isso competiu, essencialmente, aos Srs. Presidentes de câmara e seus técnicos. Eu, como Presidente da Junta de Freguesia de Castanheira de Pera, não fui convocado para nenhuma reunião. Isso é competência estrita do município e não da Junta de Freguesia. Essa é uma opinião que eu dou.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Responda-me apenas a uma questão: o REVITA visava reconstruir casas devolutas, abandonadas ou em ruínas, ou anexos?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Claro que não! Claro que não!

O Sr. **Presidente**: — Pode prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Então, depreendo também que não houve nenhuma casa devoluta que tenha sido reconstruída.

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, Sr. Presidente.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Que eu tenha conhecimento, não.

O que posso dizer-lhe é que eu, Presidente da Junta, não tenho conhecimento dessa situação.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Das 66 casas de que há pouco falámos, que foram apoiadas, tem noção se eram todas de primeira habitação?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, Sr. Presidente.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Quando andei no terreno e falando com técnicos, a perceção que tenho é que essas 66 casas eram todas de primeira habitação.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Tanto a comunicação social como o próprio Tribunal de Contas sinalizam que havia casos de apoios indevidos e com alguma falta de transparência. Na verificação da informação, sabe dizer-me quem era o responsável por esta fiscalização?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Presidente.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Olhe, uma coisa posso já dizer-lhe francamente, sou muito frontal: a junta é que não. Mas, provavelmente, a câmara municipal. A junta de freguesia é que não.

O Sr. **Presidente**: — Pode prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Teve algum conhecimento, por alguma queixa ou denúncia, de que havia problemas de fraude nestes processos na sua freguesia?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Presidente.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Formalmente, nunca ninguém veio à junta de freguesia prestar-me essa declaração. A junta de freguesia fica a 50 m do edifício da câmara municipal — o Sr. Deputado conhece, pelos vistos. Entretanto, a junta de freguesia tem um papel que é o de encaminhar, através de um funcionário que temos lá, todas as pessoas para os devidos gabinetes: «vá à câmara municipal, vá à Proteção Civil, vá a isto ou vá àquilo». Portanto, à junta de freguesia nunca chegou nenhum tipo de reclamação. E porquê? Porque se o processo foi iniciado na câmara municipal é natural que as pessoas se dirigissem lá.

Portanto, a junta de freguesia nunca recebeu nenhuma reclamação nesse sentido.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Para terminar: há pouco disse que a junta nunca recebeu qualquer tipo de donativos. E em espécie, também não, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, faça favor, Sr. Presidente.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Eu disse bem claro, Sr. Deputado: nem um cêntimo, nem qualquer espécie de donativo entrou na minha junta de freguesia. Foi logo no início do incêndio que a junta tomou essa decisão.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado pela clareza, Sr. Presidente.
Sr. Deputado, já terminou?

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Dou, assim, a palavra ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista e ao Sr. Deputado Raul Castro.

Faça favor, Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Raul Miguel Castro** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. José Lourenço, muito obrigado pela sua disponibilidade em estar aqui hoje, ajudando a esclarecer o que é ou o que foram os apoios do Estado perante aquela tragédia.

Tenho algumas questões a colocar-lhe.

Já nos deu a conhecer que as 66 casas eram de primeira habitação; de segunda habitação também as houve, enfim, com danos, mas não tiveram apoio. De que decorre a sua interpretação ao dizer que só as casas de primeira habitação é que poderiam ter apoio? A legislação que está publicada, a única que, de certa maneira, levanta a questão das casas de segunda habitação, é o regulamento do próprio REVITA, que num lado diz que são todas, mas depois, mais à frente, diz que a prioridade são as casas de primeira habitação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Obrigado, Sr. Deputado Raul Castro.

Baseei essa minha informação no sentido de que falando com técnicos me informaram, na altura, de que o REVITA se destinava às habitações permanentes e eu tomei isso como certo. Se a junta de freguesia fosse a responsável pela reconstrução, ah, Sr. Deputado Raul Castro, aí eu iria saber a fundo essa situação toda! Mas como a responsabilidade não era da junta de freguesia e eu só sou responsável pelas competências da Junta, portanto, fiquei-me por ali.

Não sei se lhe respondi.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Raúl Miguel Castro (PS)**: — Portanto, também nos deu conta que essas 66 casas estão recuperadas. Não sei se as que não foram

recuperadas, entretanto, os proprietários, de modo próprio, terão começado a recuperá-las.

O Sr. **Presidente**: — É uma pergunta, Sr. Deputado?

O Sr. **Raúl Miguel Castro (PS)**: — É, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, Sr. Presidente.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Sr. Deputado, mas está a referir-se concretamente às 66 casas de habitação permanente?

O Sr. **Raúl Miguel Castro (PS)**: — Refiro-me às 104 que disse há pouco que eram habitações não permanentes.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Exatamente. Essas, na sua grande maioria, estão como o fogo passou e as deixou. Há outras em que as pessoas tiveram já a coragem de as começar a reconstruir. Entretanto, como é sabido, pelo regulamento da Câmara Municipal, votado em, salvo erro, 2019, que contempla as casas de segunda habitação com um apoio de 30%, as pessoas candidataram-se. Sinceramente, não lhe posso dizer quantas são, sei que são muito poucas casas, a totalidade não sei, mas sei que houve apoio para algumas casas. Mas muito poucas e há outras em que as próprias pessoas avançaram com a reconstrução, com o apoiozinho dos 30%, pois vale mais 30 do que nada, como sabemos. A verdade é precisamente essa.

Mas se o Sr. Deputado me perguntar se acho... É muito pouco, na minha perspetiva é muito pouco, assim não, não há reconstrução de segundas habitações. Esta é a ideia que tenho. Mas quem sou eu? Eu sou um simples presidente de junta, das juntas pequeninas. Eu sou esse. Não sou um

presidente de junta aqui de Lisboa ou de outro lado, 20 000, 30 000 ou 50 000 habitantes e que tem cento e tal funcionários. Não, eu sou um presidente de junta pequenino do concelho mais pequenino do distrito de Leiria, de onde o Sr. Deputado Raul Castro é natural. Portanto, isto é só para que veja a diferença, e com 3000 pessoas do concelho.

Portanto, a minha situação é precisamente essa.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, mas hoje é o senhor a pessoa mais importante desta sala.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Quero só dar uma respostinha ao elogio que o Sr. Presidente me deu: o que é mais importante é a minha freguesia. Ela é que é o mais importante aqui nesta sala, não sou eu.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Pode continuar, Sr. Deputado Raul Castro, por favor.

O Sr. **Raúl Miguel Castro** (PS): — Também já referiu há pouco, perante a questão que lhe foi colocada dos apoios que estes são o que está subjacente a esta Comissão de Inquérito, os tais apoios dos 1053 € e 5000 € numa primeira fase, chamemos-lhe assim. Houve, depois, mais tarde, programas do próprio Governo para apoio às empresas e também para reposição de infraestruturas municipais — reabilitação do centro de saúde, e da estrada, enfim, essas coisas. Acha que os apoios que foram dados para o

concelho que corresponde ao território da sua união de freguesias, à época, três anos depois de avaliados, acha que foram os mais adequados?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Doutor.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, três anos depois, posso considerar, realmente, que os apoios foram bem-vindos. Não foram, naturalmente, suficientes, mas, se não tivessem vindo esses apoios, teria sido, então, uma desgraça total.

Todos esses apoios que vieram para essas infraestruturas ou para as empresas conseguiram colmatar grandes lacunas, mas, para mim, o que acho e no que continuo a bater é que não veio o suficiente e só uma pequena migalha foi para os prejuízos dos pequenos agricultores, porque aquilo é um terreno de minifúndio.

Esse é que é o problema n.º 1, porque esses não têm voz, Sr. Deputado. As empresas têm voz. Vai lá a comunicação social, vêm os empresários todos atrás. Vem lá algum agricultor que tenha dois ou três hectares?! A comunicação social não lhe vai dar voz, Sr. Deputado.

Esses receberam, provavelmente não o suficiente, mas receberam. Agora, os pequeninos agricultores de que falo, porque conheço muito bem, não. Esses é que vão ser e continuarão a ser os mais prejudicados.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Raul Miguel Castro** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, a próxima questão que lhe coloco é a seguinte: conhece proprietários de eucaliptais que tenham estabelecido protocolos antes dos incêndios com empresas de celulose?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Doutor.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, existir em Castanheira, existem. Sinceramente, não sei quantos, mas são muito poucos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Raul Miguel Castro (PS)**: — Sr. Presidente, Sr. Doutor, as empresas que efetivamente tiveram danos foram apoiadas. Considera que todas elas estão recuperadas, estão a funcionar, uma vez que garantem os postos de trabalho existentes?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, sim, a maioria, sim, conseguiu realmente manter os postos de trabalho.

Sabemos perfeitamente que aquela é, no fundo, uma situação muito complicada, uma pessoa fica completamente como se o terreno lhe fugisse todo debaixo dos pés, mas, com a perseverança e com o «ser serrano», como costume dizer, vão buscar forças onde não as há e as coisas têm de ir para a frente. Repito, têm de ir para a frente e vão, se Deus quiser.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Raul Miguel Castro (PS)**: — Sr. Presidente, Sr. Doutor, tem conhecimento de que, para aquelas situações em que os 5000 € foram insuficientes e havendo a necessidade de, a partir desse montante, fazer

candidaturas, houve proprietários beneficiados com apoios superiores aos 5000 €?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, que tenha conhecimento, não.

Mesmo em relação às casas de habitação não permanente, um ano depois, foi publicada uma portaria que permitia e dava condições para poderem ter apoios à sua recuperação. Sabe se foi utilizada por alguns?

A câmara municipal levou o assunto à assembleia municipal e, na base da Lei n.º 114/2017, de 19 de dezembro, estipulou um regulamento em que o apoio era de 30%, num valor de 80 000 €. É isso que acontece em Castanheira de Pera e, sinceramente, é das tais situações que disse que não considero justo, porque cada concelho faz a percentagem consoante o seu cofre. Portanto, concelhos que têm bastante fundo de maneio, em vez dos 30%, podem dar 50%. Depois, é assim: há o português primeiro e, depois, há o vizinho, em segundo. É por essa razão que não acho correto.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Raul Miguel Castro (PS)**: — Sr. Presidente, Sr. Doutor, entende que, passado estes anos, não estando em avaliação as causas de toda aquela tragédia — não é essa a matéria desta Comissão —, há uma maior consciência, nomeadamente da parte dos proprietários que deixam crescer os eucaliptos de uma forma desenfreada, porque estão habituados a ter um retorno rápido? Poderá ser difícil haver a mentalidade de poderem assumir outra postura em relação àquilo de que querem tirar rendimento dos seus terrenos?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, começando pelo fim da sua pergunta, é muito difícil, sim. Repito, é muito difícil, porque estamos a falar de proprietários de minifúndios e de pessoas a partir dos seus 60 anos. Vontade em ter a sua parcela limpinha, isso, não há nenhum proprietário que não goste. Dá rentabilidade ao seu terreno.

Mas, neste momento, sabe o que é que acontece com a maior parte dos proprietários? Querem entregar os terrenos! Ligaram já para a junta de freguesia diversos proprietários que entregavam de borla os terrenos à junta de freguesia! Para ter uma noção, Sr. Deputado, os terrenos, antes do incêndio — sem pinhal, claro, só o terreno —, eram vendidos à razão de 50 cêntimos por cada m². Agora, até os vendiam a 10 cêntimos. Não há quem compre. Investi lá 400 €, para o ano vou investir outros 400 € e tive zero de rentabilidade, Sr. Deputado! Repito, zero de rentabilidade! É isso.

Em relação ao eucalipto, as pessoas, neste momento, já não estão a plantar mais. Já temos tantos! Então, a plantação de eucaliptos aumentou sete vezes mais. Se em um, nasceram sete, temos sete vezes mais! As pessoas, como não têm capacidade para limpar, têm aquele montão de eucaliptos. Daqui a dois ou três anos, ou daqui a um ano, se, infelizmente, surgir mais um incêndio, a situação estará pior do que em 2017. Essa é a minha perceção, a de uma pessoa que conhece e que está presente em toda aquela zona.

Diz-me o Sr. Deputado: «Mas, há 30 anos, não era assim». Pois, claro que não era. Claro que não era! Nem há 30, nem há 40 anos! As pessoas abandonaram as aldeias porque não tinham o mínimo de condições de vida. Vieram para os grandes centros e foram para o estrangeiro. As segundas gerações, a maior parte delas, não querem saber daquilo para nada!

Se me falar, por exemplo, na questão do cadastro, muito bem, é uma boa ideia — estou a fugir um pouquinho ao tema — que o Estado está a tomar, mas deparamo-nos com o facto de ninguém saber quem é o dono da maior parte dos terrenos! Alguns são de diversos donos.

Portanto, é muito difícil conseguir trabalhar no sentido da prevenção de incêndios daqui para diante. É muito, muito, muito, complicado. Repito, é muito complicado, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Raul Miguel Castro (PS)**: — Sr. Presidente, Sr. Doutor, há pouco também referiu isto e já lhe foi feita esta pergunta: em relação à recuperação de casas apoiadas de primeira habitação, teria havido algum caso de suspeição sobre alguma casa?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, pelo que tenho conhecimento, houve um único caso suspeito. Esse caso, pelo que sei, foi investigado pelo Ministério Público. Se digo que sei, é porque sei. E o Ministério Público concluiu que não havia ilícito nenhum. A casa está já, não direi em fase de conclusão, num estado avançado de construção. Salvo erro, não tenho a certeza, acho que foi em março que o Ministério Público declarou que estava tudo legal em relação a essa casa, que não havia problema, e o proprietário está a avançar com a construção. É mais uma casa sobre a qual está tudo clarinho.

Falo por Castanheira de Pera e, lá, felizmente, as coisas correram com transparência e dentro dos critérios que devem ser seguidos. Portanto, é natural que as coisas tenham corrido bem.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Raul Miguel Castro** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, desculpe voltar agora atrás, à situação das casas que não foram objeto de participação por não serem de primeira habitação, mas, conhecendo-se que o REVITA não foi extinto e que mantém um saldo razoável, acha que deve haver uma aposta, da parte do REVITA, para as segundas habitações?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, acho que sim e acho que já o devia ter feito. Essa é a minha opinião. Repito, acho que sim e acho que já o devia realmente ter feito.

A razão fundamental é precisamente essa: é que as pessoas continuam a abandonar o interior e as pessoas que realmente vinham para o interior, que tinham lá a sua casinha, deixaram de voltar. Como tal, seria belíssimo, acho que seria a cereja em cima do bolo, se realmente voltássemos. Dar um passo atrás não é desistir, é ganhar mais força para avançarmos.

Se estivesse nas minhas mãos, era já amanhã, Sr. Deputado, mas, como sou um simples presidente de junta, não está nas minhas mãos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Raul Miguel Castro** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, também referiu que a junta não teve qualquer união de freguesias, não teve qualquer interferência no acolhimento e na distribuição de donativos em espécie.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Assim é.

O Sr. **Raul Miguel Castro** (PS): — Participou no processo de ajuda às entidades que receberam donativos em espécie, para distribuir por quem merecia, por quem precisava? Teve essa função, pelo menos?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, sim, a junta de freguesia esteve presente na distribuição e no apoio desses géneros, dentro das suas limitações. A junta de freguesia tem dois carros: um estava afeto à proteção civil, tinha um tanque de água, de 500 litros; o outro, de caixa aberta, é que ia na distribuição.

Em 2017, no dia 19, segunda-feira, praticamente não se podia sair fora do concelho. A comunicação social só dizia «incêndio de Pedrógão» e tudo foi canalizado para Pedrógão Grande. Para Castanheira de Pera, muito pouco e foi depois. Então, no dia 19, as pessoas da vila e do concelho mobilizaram-se para ir aos bombeiros e tudo o que era de géneros estava nos bombeiros. Mesmo os voluntários, portanto, pessoas com carros, iam fazer a distribuição e a junta de freguesia, naturalmente, também.

Entretanto, passado cinco dias, vêm os Médicos do Mundo. Então, essa responsabilidade na questão do armazenamento e da distribuição passou a ser dos Médicos do Mundo. Nos bombeiros voluntários estiveram, salvo erro, desde o dia 19 ao dia 22. Depois, foram para os Médicos do Mundo. Centralizar tudo, na minha ótica, é benéfico, por uma questão de operacionalidade e por uma questão também de transparência.

Entretanto, tinham dividido esses géneros em diversos setores: a parte da farmácia, um setor onde estava uma enfermeira; a parte, por exemplo, do setor animal, onde havia alimentação para animais e onde estava um

responsável; a parte dos bens alimentícios, onde estava mais um responsável; a parte do vestuário, com mais um responsável.

Na junta, tínhamos o contacto de todos esses responsáveis. Se alguém ligasse para lá e dissesse «preciso de comida para um animal», muito bem, nós ligávamos e dizíamos «fulano tal, do lugar da Moita, por exemplo, precisa de comida para animal». Ou seja, ligava para a pessoa certa e, no dia seguinte, caso tivesse essa comida, iam logo levá-la.

Tudo isso ficou dividido por setores, o que, na minha perspetiva, em termos de operacionalidade e de transparência, foi bom. Essa é a ideia que tenho, mesmo hoje.

Se me disser o Sr. Deputado «mas houve algumas falhas», isso é natural. Quando há uma catástrofe, como foi aquela, há sempre uns oportunistazitos. Mas há uma coisa que quero que fique bem frisada e aproveito para dizê-lo a todas as Sr.^{as} e Srs. Deputados que me estão a ouvir: passaram programas de televisão, em que se passou a mensagem — porque o incêndio de Pedrógão abrangia mais Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos e, quando se fala em incêndio de Pedrógão, está-se a englobar os três concelhos — de que nós, lá, somos uns vigaristas!

E, nós lá, somos gente séria e trabalhadora. Como em todas as profissões, como em todas as cidades, há gente séria e menos séria, mas somos gente trabalhadora e gente séria. Se houve um, dois ou três que se aproveitaram? Mas a árvore não faz a floresta. Essa é que é, realmente, a verdade! Porque no contexto geral de apoios, tanto na parte de reconstrução, como na parte de apoios de géneros, considero que correu muito bem. Essa é uma mensagem que quero deixar em defesa de todos os meus fregueses de Castanheira de Pera, que não merecem, muitas vezes, serem conotados, como muitas vezes se viu passar na televisão, de vigaristas. Isso aí, não!

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Sr. Deputado Raul Castro, tem a palavra.

O Sr. **Raul Miguel Castro** (PS): — Muito obrigado.

Sr. José Lourenço, como calcula, a comunicação social fez passar mensagens que talvez não tenham sido as mais corretas. Também sabemos que o Ministério Público teve em avaliação 81 habitações que estavam a ser objeto de recuperação, portanto temos dois processos e, no final, há 19 que estão em causa, dos quais 7 são da responsabilidade do REVITA.

Não sei se há algum problema com alguma habitação do concelho de Castanheira, suponho que não, mas queria perguntar-lhe como é que entende a intervenção no terreno de determinadas entidades, da Fundação Calouste Gulbenkian com a União das Misericórdias, a Cáritas, a SIC, a ReConstruir, a Smart Vision, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que acabaram, na prática, por serem uma parceria. O REVITA assumiu, talvez, a reconstrução de metade dessas casas e estas entidades assumiram a reconstrução das outras.

Como é que entendeu a prática que foi assumida? Resultou de protocolos estabelecidos com essas entidades, que tomaram ao seu cuidado recuperas essas casas?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — A todas estas entidades endereço o meu muito obrigado. Essas entidades tiveram um papel importantíssimo, realmente, na reconstrução das casas em Castanheira de Pera. Estava a falar, precisamente de todas essas entidades: tanto o REVITA, como a União das Misericórdias, a Fundação Calouste Gulbenkian, a Cáritas, a SIC Esperança, a Smart Vision, a Associação ReConstruir, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, foram fundamentais.

Essas parcerias que se fizeram... Infelizmente, é nessas situações que sabemos que aparecem, mas apareceram e estiveram logo na primeira linha! Estiveram logo na primeira linha e estiveram logo em contacto. Isso é importantíssimo! Isso foi, realmente, uma comunhão entre todos, que é de louvar, e à qual presto aqui a minha homenagem.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Raul Miguel Castro** (PS): — Para terminar, foi ontem aqui afirmado, por um depoente, que, em véspera de eleições autárquicas de 2017, teria havido uma distribuição de cheques a pessoas lesadas pelos incêndios de junho, por parte de associações de bombeiros dos três concelhos.

O Sr. **João Paulo Oliveira** (PSD): — Isso não é verdade! O depoente não disse isso ontem!

O Sr. **Raul Miguel Castro** (PS): — Tem conhecimento dessa situação? Pode confirmar o que se passou?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Ora bem, confirmar, não posso confirmar porque não estava presente. Agora, o que posso dizer ao Sr. Deputado é que vi na comunicação social, como todos os portugueses viram, que, na associação dos bombeiros em Castanheira de Pera, houve esse género de situações que me está a descrever.

Agora, que eu estivesse presente... Eu não estive presente e, portanto, não posso fazer essa afirmação. Eu estou, única e exclusivamente, a basear-

me numa reportagem televisiva que passou. Se o Sr. Deputado dissesse assim: «Ah, mas se o senhor está a dizer-me isso...». Não, estou a dizer isso, só e exclusivamente, por causa da reportagem da televisão, que, salvo erro, foi... Não sei se foi no canal 1, agora também não tenho a certeza, isso também já foi há bastante tempo. Mas é nisso que me estou a basear. De resto, eu não estive presente e, portanto, fico-me por aqui.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Fabíola Cardoso, do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Fabíola Cardoso** (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria de cumprimentar, mais uma vez, todos os presentes e, obviamente, agradecer a sua presença, aqui, hoje, enquanto Presidente da Junta da União de Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral, Sr. José Lourenço.

Estamos nesta Comissão Parlamentar de Inquérito não propriamente para analisar a questão do incêndio em si, mas para analisar o processo dos apoios e o desempenho e o papel do Estado na atribuição de apoios às pessoas.

Portanto, se alguém está aqui em causa, não são propriamente as pessoas das localidades. Não há aqui um julgamento, não estamos aqui a julgar os habitantes de nenhuma destas povoações, de nenhuma destas freguesias. Estamos, essencialmente a pretender analisar, refletir, avaliar aquilo que foi o papel do Estado neste processo, terrível, que nunca conseguiria, obviamente, apagar aquilo que aconteceu, mas que, de alguma maneira, pretende ajudar a uma reabilitação, ajudar a uma recuperação que é um dever, não só um dever cívico partilhado por todos em Portugal, de alguma maneira, mas, também, um dever do próprio Estado português.

Por isso, estamos aqui, de alguma maneira, para avaliar, politicamente, esta situação e, também, do nosso ponto de vista, do ponto de vista do Bloco de Esquerda, para tentar, com esta Comissão Parlamentar de Inquérito, contribuir para melhorar o processo — é óbvio que o desejo de todos é que uma calamidade com esta dimensão nunca mais volte a acontecer — e para criarmos modos de funcionamento que permitam melhorar todo o processo e corrigir eventuais erros, até porque pode ser necessário legislar e estamos no local adequado para proceder, eventualmente, a essas alterações legislativas.

Dito isto, e apesar dos muitos esclarecimentos que já foram aqui prestados, gostaria de colocar algumas questões mais objetivas, exatamente neste sentido.

Houve aqui algumas hesitações e gostava de lhe perguntar, enquanto Presidente da União de Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral e como acompanhou, qual foi exatamente o papel da Junta de Freguesia, especificamente na atribuição dos apoios. Já foram aqui referidos dois aspetos: um no terreno, numa primeira fase, outro na distribuição dos apoios, depois, no concreto.

Gostaria que esclarecesse se foram só estes dois aspetos ou se houve outro tipo de participação e qual foi essa participação da junta de freguesia nos apoios, concretamente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada.

Como disse há pouco, a junta de freguesia prestou os apoios que, no fundo, podia, que é o termo. Portanto, não tem capacidade para mais e como não tinha capacidade para mais prestou esses apoios.

Esses apoios, como disse, foram no sentido do encaminhamento das pessoas — todas as pessoas que contactavam a Junta de Freguesia, presencialmente ou por telefone, eram encaminhadas para o sítio certo—, também na distribuição de alguns géneros, para o qual a freguesia tinha um carro ao dispor, sob controlo, na altura, dos Médicos do Mundo e no apoio, à questão dos agricultores. A Junta de Freguesia, como disse, esteve no terreno a fazer levantamentos.

De resto, o grande volume, tudo de que vamos falando, já na fase de reconstrução, nisso poderei considerar que a junta de freguesia já não teve nenhum papel.

Para já, a competência não era da Junta de Freguesia, era da Câmara Municipal. Como tal, é à câmara municipal que compete, são eles que têm lá os técnicos. Para que é que a Junta iria chamar para si projetos de avaliação, se não tinha técnicos para isso, se só temos uma funcionária administrativa? Isso era utópico, completamente utópico, Sr. Deputada!

A realidade é esta: nós temos de nós cingir a uma freguesia que tem três funcionários, Sr.^a Deputada! A Sr.^a Deputada disse que tinham de legislar e acho muito bem que legislem, que olhem para as centenas de freguesias por este País fora, onde algumas nem um funcionário têm. Um assunto que aquilo de que a Sr.^a Deputada agora me falou me leva à memória é precisamente esse. Sabe, Sr.^a Deputada, há um provérbio popular que diz que sem ovos não se fazem omeletes. Essa é a verdade. A Junta deu o seu melhor, esteve no terreno, mas dentro das suas limitações, que é o que tem, não pode mais... Não pode! Se eu contratasse mais dois ou três funcionários, o orçamento ia-se todo embora. Tenho, só à minha conta, três cemitérios para tratar. Vejam lá, três cemitérios! Fora o que tenho de parques e, sei lá, de lavadouros.

Portanto, a Junta esteve no terreno, eu estive no terreno a apoiar as pessoas, tudo isso, mas, no fundo, reduzido, porque não temos para mais,

Sr.^a Deputada. É isso que acho que, estando aqui, se tem... Olhe, uma das reformas é precisamente essa, Sr. Deputada. É pensar seriamente nas pequenas freguesias, por esse interior, e ver em que condições é que trabalham os presidentes de junta e toda a equipa. Essa é uma das reformas que acho que o Parlamento deveria tomar em mãos.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a **Fabíola Cardoso** (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quando fiz esta pergunta não estava a fazer, longe de mim, nenhum julgamento sobre o desempenho da Junta ou sobre o desempenho do seu Presidente ou dos seus funcionários, antes pelo contrário. Acho que as perguntas que fazemos aqui pretendem evidenciar as dificuldades que existem no terreno e até as limitações de cada um dos seus agentes dentro das suas competências e dos seus recursos.

Portanto, por favor, não entenda isto como um ataque a ninguém, pelo contrário. Acho que estes momentos servem, precisamente, para evidenciar as vulnerabilidades, porque assim se percebe muito bem quem fez o quê, porquê e por que é que não pôde fazer outras coisas. Mas também estamos a falar de competências e o Bloco de Esquerda tem apresentado muitas propostas legislativas, não só no sentido de aumentar os recursos, os apoios, mas também, de facto, de alterar profundamente uma lógica agrícola e florestal que vê o interior como uma mera fonte de recursos e de lucros a curto prazo e não vê estes territórios como pleno direito que têm de ser ocupados e que tem de ser utilizados de uma maneira sustentável a longo prazo. Talvez, agora, a situação que vivemos possa, também de alguma maneira, vir a contribuir para que as ideias do Bloco fiquem um bocadinho mais claras e se atue de outra maneira.

Voltando à nossa questão, disse que a junta de freguesia interveio a estes níveis, mas, no último ponto que referiu, relativamente à reconstrução, fiquei com algumas dúvidas, porque em intervenções anteriores tinha dito que tinha havido habitações, anexos, aliás, que tinham sido reconstruídos pela Santa Casa da Misericórdia, não pelo REVITA. Fiquei na dúvida relativamente a isso.

Portanto, a Junta limitou-se a sinalizar ou, nestas quatro habitações que referiu, houve um outro papel mais específico de intervenção no terreno?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada.

Em relação a esses quatro anexos, em concreto, a Junta de Freguesia, em contacto com o técnico da Câmara Municipal, foi ao terreno. Técnicos da Câmara e Presidente da Junta, fomos ao terreno e indicámos aqueles quatro anexos, achando nós, à altura, que eram, talvez, os mais urgentes. E, portanto, foram aqueles quatro que indicámos, que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, portanto, mandou contruir.

Depois, a Junta, no fundo, afastou-se um pouco e a vistoria passou a ser feita pelo técnico camarário. O técnico camarário é que fez a vistoria da obra, em conjunto com a Santa Casa, nomeadamente um assessor do Dr. Pedro Santana Lopes, que também foi ao terreno — pelo que sei o senhor até tem raízes próximas de Castanheira — e *in loco* também viu a reconstrução, realmente, dos quatro anexos, que foram mandados construir pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

É tudo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Fabíola Cardoso** (BE): — Portanto, de acordo com aquilo que foi dito anteriormente, estas construções não foram englobadas no Fundo REVITA, não foi feito esse procedimento através do Fundo REVITA, foi uma situação paralela?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Sim, sim. Precisamente o que está a acabar de dizer.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, faça favor.

A Sr.^a **Fabíola Cardoso** (BE): — Já foi aqui referido, mas gostaria de voltar a perguntar se, na freguesia a que preside, é percecionada pelas pessoas da freguesia a existência de ilegalidades na atribuição dos apoios.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Naturalmente... Há um provérbio que diz que quem às vezes levanta esse véu, muitas vezes, não se vê ao espelho. É esse o termo para o que acontece.

Naturalmente, com a dimensão toda, como disse, há pouco, há sempre aproveitamentos, sempre.

Mas isso são os tais aproveitamentos da pessoa que, imaginemos, levou, por exemplo, 10 embalagens de leite, ou de outra... São essas situações que, da minha perspetiva, não são nada de um valor... nada. Não é nenhuma reconstrução de nenhuma casa, absolutamente nada disso.

São dessas situações, e as pessoas muitas vezes, na aldeia, por qualquer coisa que a pessoa leve a mais já dizem: «ah, aquela pessoa leva... Mas ela não precisa e está ali a levar? Vai ali levar uma embalagem de açúcar, para quê?»

Tudo isso mexe com as pessoas e as pessoas falam, mas são coisas de somenos importância, que não têm grande valor, na minha perspectiva.

O Sr. **Presidente**: — Devolvo-lhe a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Fabíola Cardoso** (BE): — Portanto, estamos a falar de pequenos aproveitamentos? Não houve ilícitos, digamos assim, ilegalidades cometidas nem a nível dos apoios agrícolas, nem a nível da reconstrução de casa, nem a nível da recuperação de empresas, tanto quanto é do seu conhecimento e da sua ação, enquanto presidente da junta?

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Não tenho conhecimento, Sr.^a Deputada.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Fabíola Cardoso** (BE): — Referiu aqui, também, a intervenção dos voluntários.

Gostava de saber, do seu ponto de vista, qual foi a intervenção desses voluntários e dessas instituições em termos de coordenação, ou seja, se houve a devida coordenação desses voluntários, qual foi o seu papel junto das populações, se eles ainda estão no terreno e, se não estão, se seria útil, de alguma maneira, que houvesse criação de estruturas para permitir aquilo que referiu também, a continuação de projetos de apoio, nomeadamente apoio psicológico e desenvolvimento comunitário às populações.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Aquela a que me estava a referir, a Médicos do Mundo, já não está no terreno.

Acho que tiveram um papel importante, tinham um *know-how* da situação. Como é sabido, em Castanheira de Pera, com uma tragédia daquelas ficámos completamente — como é o termo — a «nadar». Desculpem, utilizo muito os termos da aldeia e, às vezes, são os mais assertivos.

Acho que tiveram um papel importante, porque avançaram técnicos diferenciados e isso foi uma mais-valia. E tivemos, diria, milhares de voluntários, de todo o País, que passaram por Castanheira de Pera. Tinha de se ter uma inscrição e tudo isso.

Portanto, eles já tendo esse *know-how*, para nós, em Castanheira de Pera, foi uma mais-valia, não tenho absolutamente dúvidas nenhuma. Se me perguntar se, neste momento, são precisos, sinceramente, acho que não. Tudo tem o seu tempo e, neste momento, acho que não. Eles saíram no momento certo e, neste momento, na minha maneira de ver, não há necessidade, mas que prestaram um serviço muito bom à comunidade, considero que sim. Como repeti, e volto sempre a repetir, que houve falhas, houve! Se não estivessem lá eles, se não estivessem os Médicos do Mundo, havia mais falhas ou menos? Não sei. Isso aí não sei.

Só posso fazer uma avaliação da Médicos do Mundo, porque estiveram, praticamente, quase dois anos em Castanheira de Pera. Portanto, aí, só lhes tenho, como presidente da Junta, a agradecer.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, faça favor de prosseguir.

A Sr.^a **Fabíola Cardoso** (BE): — Já por várias vezes foi, aqui, referida a questão das falhas e das vantagens e às vezes é bom sistematizar, para percebermos a dimensão daquilo de que estamos, efetivamente, a falar.

Se tivesse — e penso que também é útil para nós termos essa perceção, de alguém que tem um contacto muito mais próximo — de indicar dois aspetos positivos deste modelo de apoio, que foi aplicado aqui, dois aspetos que contribuíram para que tivesse, efetivamente, funcionado e se tivesse de indicar, da mesma maneira, duas falhas, coisas específicas, que pudessem ser mudadas, que devessem — olhando agora para trás, passados três anos — ser mudadas, o que é que me dizia?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Sr.^a Deputada, pelo que estou a entender, são falhas num aspeto operacional, que levaram àquela desgraça, ou falhas na parte social, em termos psicológicos ou outros?

O Sr. **Presidente**: — Pode esclarecer, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Fabíola Cardoso** (BE): — O âmbito da nossa atuação, aqui, é o dos apoios, portanto, penso que seria mais útil, e mais adequado ao trabalho, que esclarecesse dois aspetos negativos, duas falhas, relativos ao sistema de apoio que foi criado, aos apoios que o Estado disponibilizou às pessoas, às instituições, às empresas.

O Sr. **Presidente**: — Está esclarecido. Tem a palavra, para responder.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Olhe, uma das falhas, como eu disse, é, precisamente, a questão do REVITA, na minha ótica, não

contemplar, precisamente, taxativamente, e preto no branco — isso é que é importante —, as habitações não permanentes. Portanto, logo aí, acho que isso era, realmente, extremamente importante, na minha maneira de ver.

Quanto à parte estatal, na parte de saúde — também podemos falar na questão da saúde — também houve falhas, como, por exemplo, o facto de o centro de saúde só estar aberto até às seis da tarde e só haver SAP (Serviço de Atendimento Permanente) sábado e domingo, e durante a semana não haver SAP.

É logo a primeira falha. Quando aconteceu a questão da tragédia dos incêndios, o centro de saúde estava fechado, porque o médico de serviço foi-se embora às 18 horas e os queimados chegaram lá por volta das oito e meia da noite, portanto essa é a que considero a falha n.º 1.

O que é que aponto, olhando para o futuro?

Olhe, umas das coisas para o futuro que, por exemplo, gostaria que acontecesse era o SAP ter outro horário e mais médicos, nomeadamente durante a semana. É isso.

E agora temos de ver, como falei há pouco, o caso, precisamente, do trauma psicológico, do acompanhamento das pessoas. E o centro de saúde tem de estar em funcionamento.

Portanto, essa é que eu acho que é a parte agora importante, porque da parte material, as pessoas já estão desprendidas, praticamente. As pessoas já estão desprendidas. Mas o problema, para uma parte das pessoas, é o trauma com que ficaram para toda a vida: pessoas queimadas, por exemplo, que me entram lá na farmácia, agora no verão, com os braços queimados. E já não falo nos que morreram, não é...

Portanto, é um trauma que irão ter durante a vida e terá de ser esse o apoio. Uma das coisas que gostaria que fosse diferente é, precisamente, isso.

Não significa que não tenha sido feito, porque, até aqui, não havia lá nenhum psicólogo e agora já existe lá um médico.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada Fabíola Cardoso.

A Sr.^a **Fabíola Cardoso** (BE): — Era, de facto, essencial que houvesse mais recursos, mais investimento, que se parasse de desinvestir e desapojar, porque quanto menos infraestruturas houver nestes locais, de facto, mais difícil é fixar a população e promover o desenvolvimento.

Para terminar, penso que outro aspeto que falhou e sobre o qual gostaria de o questionar — porque foi referido também na sua intervenção —, é a questão das comunicações.

Gostaria de saber, neste momento, se já houve melhorias ao nível das comunicações, se tudo foi repostado, se a cobertura de rede é boa, nomeadamente a nível de *internet*, porque parece ao Bloco de Esquerda que esta é também uma das limitações e um dos problemas que, sendo resolvido, pode vir a contribuir para o desenvolvimento dessa região.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, Sr. José Lourenço.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Sr.^a Deputada, a sua pergunta é bastante pertinente. Tenho, portanto, de admitir que têm sido feitas, por parte da empresa — passando a publicidade à Altice —, obras nesse sentido. E a fibra ótica já chegou a Castanheira de Pera. Não está ainda contemplado todo o concelho — não está —, mas já chegou a Castanheira de Pera.

Além das falhas que, de vez em quando, temos, neste momento, a velocidade da *internet* é muito diminuta, é lenta, mas também com a questão dos condicionalismos do teletrabalho e tudo isso, é natural.

Mas posso acrescentar que, nesse aspeto, foi feito trabalho, a fibra ótica está em Castanheira de Pera, não está em todo o concelho, estamos a debater para que todo o concelho seja contemplado por fibra ótica.

Portanto, está melhor do que antes, mas não é o suficiente, queremos mais, queremos mais!

O Sr. **Presidente**: — Passo, então, a palavra ao Grupo Parlamentar do PCP e ao Sr. Deputado João Dias.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero, antes de mais, cumprimentar o Sr. José Lourenço, por nos ter aqui trazido um relato muito emocionado, mas autêntico e sentido, do que foi experienciar, na primeira pessoa, uma dramática situação como esta.

O PCP tem afirmado, ao longo destas audições — esta é a quinta audição que estamos a fazer —, que as vítimas não são culpadas, são vítimas, mas hoje não vou abordar mais isso, porque o Sr. Presidente já deixou isso bem claro. Quanto à questão de se querer fazer destas vítimas culpados e vigaristas, nós, para esse peditório, não damos e não acompanhamos quem, de facto, quer fazer destas pessoas alguém que usou de estratégias para se aproveitar da desgraça.

Entendemos que esta população, estes povos, e estes territórios estão a ser, injustamente — neste caso —, já julgados, sem terem direito à sua defesa, porque foi criada aqui uma ideia muito errada, relativamente a essa matéria.

Há uma abordagem feita nesta Comissão e que, em nosso entender, é errada, que tem que ver com o facto de se considerar que esta Comissão de Inquérito apenas está centrada nos apoios.

Pois entendemos que há um antes; há, de facto, a desgraça que aconteceu; há os apoios que foram dados e há um depois. Não podemos analisar apenas aquilo que aconteceu, apenas os apoios que foram dados. É preciso considerar aquilo que existia antes, perceber de que forma, a que nível e com que intensidade é que as pessoas foram ajudadas e, depois, perceber, comparativamente ao que existia antes, o que é que temos.

É importante que se faça esta avaliação, e é nesse sentido que entendemos que, ao nível dos planos agrícola, da indústria, das famílias e, até mesmo, dos equipamentos públicos, há muito que tem de ser avaliado.

Mas há, desde logo, uma ideia que o Sr. Presidente aqui deixou que nos importa abordar: o abandono e o despovoamento. No seu entender, quais são as causas que conduzem ao abandono e ao despovoamento destes territórios?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, o que mais me aflige, como autarca do interior, é precisamente o despovoamento.

Se não houver pessoas, tudo acaba. Como tal, os autarcas e o poder central têm a obrigação de criar mecanismos para as pessoas se fixarem no interior. Isto porque ao fixarem-se pessoas no interior, estamos a libertar o litoral que está cheio de gente e a causar problemas. Cada pessoa que vai para o litoral, entre aspas, é quase um problema, mas nós queremos essas pessoas porque temos qualidade de vida.

Uma das razões fundamentais para o despovoamento é a falta de emprego. O emprego é fundamental. Se houvesse criação de emprego, as famílias fixavam-se. Não há criação de emprego, as famílias abandonam o interior.

A maior parte dos filhos vai estudar para a cidade, para Coimbra, que é a mais próxima. Terminam os cursos, mas não há empregos compatíveis com o curso que tiram, portanto, vão-se embora.

Duas situações complicadas: vão-se embora, mas os pais ficam e vão envelhecendo. Digo por mim. E começamos a ficar abandonados pelos filhos que estão longe. Essa é, para mim, a situação que considero mais premente.

Há possibilidade, uma vez que agora, nas aldeias, já temos um nível de vida considerável, mas há 40 anos, antes do 25 de abril — na minha aldeia a luz só veio depois do 25 de abril —, estudei com um candeeiro a petróleo! Agora não, as casas têm tudo! Têm *internet*. As estradas estão asfaltadas e há todas as comodidades.

Há casais idosos que, muitas vezes, estão em Lisboa, e que pretendem regressar, mas, depois, debatem-se com um problema também. Alguns não voltam porquê? Por causa da saúde. Tendo um sistema de saúde que dá confiança, quando há um problema na vila, temos o centro de saúde. Mas não, se há um problema o hospital mais próximo é o de Coimbra. Isto não é apelativo. Essa, para mim, também é uma razão para o despovoamento.

Mas a principal, Sr. Deputado, é precisamente a falta de emprego. Aí, quer queiramos quer não, os autarcas poderão fazer o seu papel, tudo bem, mas o poder central tem uma palavra a dizer.

Sabe que as vias rápidas são muito boas! No outro dia, com um amigo meu, estávamos num café, e quando surgiu a situação do IC8, via estruturante da Figueira a Castelo Branco, ele dizia-me: «Oh pá, passa aqui, mas olha que em Castanheira não passa!»

E eu disse: «Mas olha que as vias tanto levam, como trazem!»

O Sr. João Dias (PCP): — Exatamente!

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Essa é a realidade! E chegou-se à conclusão de que levam mais do que trazem. Portanto, não é a construir as grandes vias, essas vias rápidas...É a minha perceção. Não sei se respondi ao Sr. Deputado, se não o fiz, peço desculpa, mas a perceção que tenho é precisamente essa e é o dia a dia que vivo.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Respondeu perfeitamente.

Realmente é o modelo económico que está por trás. Não se vê, mas ouviu-se logo na minha voz que sou do Alentejo e também sei o que é uma região despovoada.

Portanto, o que falta é um modelo de desenvolvimento económico e social que responda a isso e as minhas questões vão nesse sentido. Ou seja, a falta de serviços públicos conduz ao despovoamento. Isto porque não havendo investimento e o Estado não dando o exemplo, há falta de investimento, há falta de emprego; havendo falta de emprego, há abandono. E é neste círculo vicioso do despovoamento que aparecem, de vez em quando, os incêndios e até com mais frequência do que pensamos.

Quero perguntar-lhe, em termos de serviços públicos, para além da saúde, que serviços públicos é que o seu território, a sua freguesia, o seu concelho foram perdendo ou que serviços perdeu após este incêndio e que poderiam permitir uma maior capacidade de fixação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Sr. Deputado, nesse aspeto, posso considerar Castanheira de Pera um pouquinho privilegiada. Desde os incêndios, não perdemos nenhum serviço público e têm-se mantido

praticamente, com redução de pessoal, é certo, porque, naturalmente, a população do concelho tem baixado.

Quanto a isso, as coisas não estão tão mal como isso. Essa é a minha percepção.

O Sr. **Presidente**: — Pode prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Já se referiu aqui às características de um território que é praticamente todo ele constituído por minifúndio, pequena agricultura, agricultura familiar. Este Governo, e mesmo os anteriores, tem uma visão de que a pequena parcela, a pequena propriedade é a causa de todos os males da floresta e dos incêndios.

No seu entender, qual é a importância da pequena agricultura, da agricultura familiar, não só em termos da fixação, mas também em termos de gestão florestal e agrícola dos territórios?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Castanheira de Pera, em termos agrícolas, não é muito rica. Tem mais floresta. Mas, naturalmente, há pessoas que têm o seu quintalzinho e a sua hortinha e isso é importantíssimo, porque na aldeia sempre foi assim. Isso é importante.

Mas em relação à questão dos incêndios e do minifúndio, ao nível do poder central, o minifúndio não é o problema dos incêndios, considero eu. O problema que se põe é que as pessoas abandonaram as suas aldeias e as suas vilas.

Antigamente, nas aldeias, e onde eu nasci, todas as pessoas tinham rebanhos que iam para a serra e o mato não crescia. A partir dos anos 60, as pessoas abandonaram as aldeias e assim ficou tudo.

Portanto, o problema ali não é o de ser um minifúndio ou um latifúndio que é o caso do Alentejo de onde é o Sr. Deputado. A questão é a do abandono da terra e essa é, para mim, a razão principal.

Como sabemos, tem de haver limpeza, naturalmente, mas a limpeza, como o Sr. Deputado compreende, e já falei nisso, fica extremamente onerosa e as pessoas são idosas. Multar as pessoas?! Coitadas das pessoas...

Nesse aspeto, a GNR tem um papel importantíssimo, porque, primeiro, vai sensibilizar as pessoas precisamente para limparem os terrenos e só depois de diversas situações é que aplica a coima. A GNR tem tido uma postura importantíssima e não só nesse aspeto, também noutros como o do abandono. Nas aldeias, muitas vezes, as pessoas estão isoladas e a GNR tem também esse papel de chegar junto delas e alertá-las para isto, para roubos, para isso tudo.

A GNR tem tido um papel importantíssimo. Já não é aquela GNR com que, há 20, 30 anos, convivíamos que era «pum» e ficávamos todos cheios de medo. Agora não. A GNR, em primeiro lugar, é para aconselhar e para ...

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Nesta reposição do potencial produtivo já disse que houve quem tivesse perdas que não foram devidamente ajustadas. Aliás, nós até dizemos que foram as perdas que se ajustaram aos apoios e não os apoios que se ajustaram às perdas. Concorda com esta afirmação?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Sr. Deputado, é provável que sim, mas há sempre, nestes processos, injustiças. Temos de falar no

global e no global considero positivo, mas não há dúvida de que houve situações injustas. Isso é claro.

O Sr. **Presidente**: — Pode prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Vou dar-lhe um exemplo: como esclareceu, houve aqui uma situação particular que não aconteceu noutros incêndios que foi a de até aos 1053 € ser a segurança social e dos 1053 € aos 5000 € ser o Fundo REVITA a dar apoios à reposição do potencial produtivo. Superior a isso tinha de se fazer uma candidatura na medida 6.2.2 do PDR 2020.

Estamos a falar de uma candidatura de um projeto de investimento, como se se fosse fazer um projeto para iniciar uma nova exploração agrícola. Ora, isso não se ajusta às características do dano que tiveram, porque se tratou de uma situação em que se perdeu tudo e porque inicia um processo altamente burocrático para aceder a apoios.

Perante uma situação complexa de se candidatar a um processo burocrático, tem conhecimento, ou não, de vítimas que preferiram abdicar da sua perda que seria de 10, 12, 15, 20 000 € e candidatar-se a perdas de 5000 €, porque o acesso a essas era simplificado e direto?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Não tenho conhecimento.

Também esse valor, para Castanheira de Pera, como é também um minifúndio, era muito difícil que viesse a acontecer, não é? Era muito difícil que viesse a acontecer.

Poderia haver algum agricultor que, porventura, em vez de ter 5000 €, 6000 €... Como o Sr. Deputado sabe, com certeza, cada árvore tinha o seu valor.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Um castanheiro tinha um determinado valor, uma cerejeira tinha outro, uma videira tinha outro. Até acredito que a pessoa que contabilizou tudo e disse: «Eh pá, isto ficou em 5200 €, mas para não estar a fazer a candidatura, prescindo dos 200 € e vou para o simplificado».

O Sr. **João Dias** (PCP): — Mas se precisa de 10 000 € ou 15 000 €...

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Para esse valor já não, porque não vejo em Castanheira de Pera proprietários com essa dimensão. Está a perceber, Sr. Deputado? É essa a razão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado João Dias.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Falou-nos das segundas habitações e da importância do papel que representam para estes territórios. Também consideramos, e já ficou aqui claro, que é dito com muita frequência que a lei é clara, as leis e os regulamentos estão claros, mas, ao que parece, não foram aplicados de uma forma clara no terreno.

No momento em que fez o levantamento, juntamente com a Comissão Técnica que acompanhou, houve, à partida, alguma evidência de que seriam excluídas dos apoios as segundas habitações.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, Sr. José Lourenço.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Quando fiz o levantamento, limitei-me, como presidente de junta, a acompanhá-lo. Depois, isso passou para a parte técnica da câmara e, a partir daí, a decisão é deles. A parte da junta de freguesia foi só a de, com outras entidades, fazer o levantamento das casas ardidadas. A parte dos apoios e do REVITA já é competência da câmara municipal, que assume essa responsabilidade. A partir daí, já não tenho um papel decisivo, nem importante.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Mas, então, quero perguntar-lhe se considera ou não que as segundas habitações estão abrangidas pelo Fundo REVITA.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Presidente.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Sr. Deputado, pela leitura que fiz, à época, a minha interpretação foi a de que não.

O Sr. Deputado diz: «mas o senhor está errado». Sou capaz de estar errado, mas foi a interpretação que fiz, à época. O tempo não volta para trás. Portanto, à época, a interpretação que fiz foi a de que o Fundo REVITA era para habitações permanentes.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **João Dias** (PCP): — A interpretação que fazemos não é essa. Nós entendemos que era uma prioridade, e concordamos que a habitação permanente fosse uma prioridade — não discordamos disso —, mas a segunda habitação, naturalmente, também teria de ter apoios.

Mas coloco-lhe, então, uma outra questão: se calhar, por isso não teve alguma atitude de exigência — ou, se calhar, teve — para a recuperação das segundas habitações?!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, faça favor de responder.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Como sabe, em Castanheira de Pera, e nos outros lados, tivemos lá o poder central. Tivemos ministros, secretários de Estado, o Primeiro-Ministro, o Sr. Presidente da República, com poções diabólicas, porque o incêndio foi em junho e em dezembro já queriam casas prontas, já queriam lá ir passar o Natal. Toda a gente se recorda disso na comunicação social. E os Srs. Ministros estavam presentes. Tudo isso.

O papel do presidente de junta é o papel do presidente de junta. Geralmente, vão todas as entidades e a câmara municipal e, muitas vezes, os presidentes de junta não são ouvidos nem achados. E o interlocutor privilegiado é o Sr. Presidente de Câmara, o Sr. Presidente de Câmara é que pode responder sobre isso. Eu, como Presidente de Junta, não. Essa é, precisamente, muitas vezes, a realidade que se passa. O interlocutor é o Sr. Presidente de Câmara, ele é que é o dono. Não é o dono disto tudo, mas é o dono.

Risos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor de prosseguir.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Já é o segundo depoente que nos fala de pressões no momento em que se decide o critério de atribuição dos apoios.

Gostaria que, depois, nos pudesse concretizar melhor que pressões terão sido essas.

Já manifestou aqui a sua discordância, e posso estar errado na avaliação que fiz, relativamente à municipalização — vou usar este termo — da recuperação das segundas habitações, ou seja, houve uma transferência, da parte do poder central, para os municípios. A interpretação que faço é a de que o senhor discorda desta transferência.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — A minha discordância vai no sentido... A câmara, depois, como sabe, tem autonomia para formalizar um regulamento, que vai à assembleia municipal e cada câmara coloca, portanto, a percentagem, que, como eu disse, depende do seu estado financeiro. Portanto, em Castanheira de Pera a percentagem foi de 30%, noutros concelhos vizinhos foi de 50%. E o que eu disse foi que se, nessa altura, o REVITA tem, realmente, avançado a ideia de «primeiro, as habitações x e, segundo, as habitações não permanentes y » não haveria essa injustiça.

O Sr. Deputado está sempre a colocar a tónica nas segundas habitações e eu considero importantíssimas as segundas habitações. Na minha perspectiva, isso, na altura, foi um lapso. Essa é a maneira de trazer as pessoas à aldeia. E, fugindo um bocadinho ao tema, no âmbito da questão da COVID, por exemplo, agora, há muitas pessoas que estão a dar valor ao interior. Eu, lá, na minha freguesia, vejo pessoas que já não via há anos. Pergunto, «então?» e respondem-me «estou em teletrabalho, porque lá em Lisboa...» — desculpando o termo — «... há um problema e, então, aqui, na aldeia, temos liberdade, temos vivendas, enquanto que, na cidade, estamos num apartamento de duas ou três assoalhadas». O valor que muitas pessoas

deixaram de dar à sua casinha da aldeia, neste momento, derivado dessa pandemia, está, realmente, a voltar. Eu estou no serviço onde estou, atento, como é natural, a todas as classes etárias, conheço as pessoas todas do concelho, a maioria das quais pelo nome, mas, ultimamente, aparecem-me caras estranhas, que estão na aldeia e já não visitavam a aldeia há uns anos. Agora, estão a dar valor, precisamente, à aldeia.

Com a questão das segundas habitações, por exemplo, as pessoas que abandonaram as aldeias, se tivessem um fundo bastante apelativo, regressavam outra vez. Se o Sr. Deputado visitar algumas aldeias, verá que há casas, algumas das quais construídas há dois e três anos, todas queimadas. É um crime.

E o importante é isto: as pessoas que vão para a aldeia, no fundo, desculpando o termo, são como as cerejas, o senhor vai buscar uma e vêm duas ou três. E por que razão é que digo isto? O Sr. Deputado vai lá, tem uma casinha, é uma zona impecável, muito boa, convida os seus amigos para um fim-de-semana, os seus amigos vão e pensam «Eh pá, vamos comprar ali, também, uma casinha». E o Sr. Deputado, que é alentejano, e eu muito gosto do Alentejo, sabe perfeitamente o que estou a dizer. A realidade é essa, é precisamente isso, é essa situação.

Assim, foram-se embora, as casas ficaram destruídas, as pessoas investiram e, portanto, dificilmente, voltarão àquelas aldeias. É isto que quero, realmente, deixar aqui bem frisado.

Portanto, para mim, as segundas habitações são fundamentais nestes territórios, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Deputado João Dias terminou, pelo que dou, agora, a palavra ao Sr. Deputado João Pinho de Almeida, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, para formular as suas perguntas.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o Sr. Presidente José Manuel Lourenço e dizer-lhe que tem uma realidade muito especial, do ponto de vista do território, que também partilho, porque também vivo num concelho/freguesia. Se não estou em erro, há seis no País e, portanto, temos aqui dois dos concelhos que são freguesia. O que é que lhe queria dizer com isto? Queria dizer-lhe que sei bem a dificuldade de ser presidente de junta de freguesia numa freguesia que tem exatamente a mesma área que o concelho. Percebo a dificuldade do Sr. Presidente em responder a muitas das perguntas que os colegas foram fazendo. Quando as autoridades vão visitar, está o presidente de câmara, que não é daquela freguesia, e está o presidente de junta, que é daquela freguesia e que, portanto, tem algum ascendente; num concelho onde só há uma freguesia, é sempre muito difícil considerar quer a figura, quer as competências, porque, claramente, se sobrepõem. Por exemplo, todos os funcionários municipais trabalham na freguesia a que o senhor preside. Portanto, é uma realidade mesmo muito, muito diferente, que conheço e, por isso, queria, exatamente, fazer esta nota de reconhecimento.

Não vou fazer muitas perguntas nem esgotar o tempo, porque me parece óbvio, da audição, que a maior parte das respostas estão dadas e acho mesmo que as perguntas estão todas feitas. Por isso, quase me arriscaria a fazer uma só pergunta, que era a de saber, da parte do Sr. Presidente, o que é que nós ainda não perguntámos e que considera importante dizer-nos, mas, antes disso, vou só perguntar-lhe mais uma ou duas coisas.

O Sr. Presidente José Manuel Lourenço, logo no início — talvez tenha sido a sua segunda frase —, disse uma coisa que vale a pena explorar. Disse: «o que vejo, relativamente à floresta, não augura nada de bom». Assim, sobre os apoios públicos à reflorestação, queria perguntar-lhe o que é que

aconteceu, no terreno, relativamente à reflorestação? É que essa foi uma das grandes discussões pós-incêndio. Discutia-se que estava tudo errado, do ponto de vista do planeamento, que havia ali, especialmente, o problema concreto do eucalipto e que, portanto, agora ia ser tudo diferente. Todos nós ouvimos isto, a ministros, ao Primeiro-Ministro, a toda a gente. Ia tudo ser diferente. O que eu lhe queria perguntar era, do ponto de vista dos apoios, de quem andou permanentemente a dizer que ia tudo ser diferente, a quem está no território, designadamente aos pequenos proprietários, o que é que aconteceu?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de responder, Sr. Presidente.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Muito obrigado, Sr. Deputado João Almeida, pelas suas palavras. Estou a ver que o senhor, realmente, está restrito à mesma freguesia e à mesma câmara. O que disse, disse muito bem, eu sinto precisamente essa situação. Nós, a câmara e a junta, disputamos o mesmo território, o que, às vezes, não é fácil. É por isso que digo, muitas vezes, que as competências... Eu falei em muitas situações de que não tenho competência para falar.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Eu sei, eu percebi.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — As competências são do município. Eu, aqui, ultrapassei as minhas competências todas. Eu, aqui, estava... No fundo, quem me ouvir, se não me conhecer, pensa «este indivíduo é o Presidente da Câmara de Castanheira de Pera, porque está aqui a ultrapassar todas as competências dele». É precisamente essa situação.

Quanto ao que me perguntou sobre apoios, em termos do pequeno agricultor, de que eu tenha conhecimento, pouco ou nada. Por isso é que eu

disse que, para mim, neste incêndio, os grandes prejudicados são os pequenos agricultores, que têm 1 ha, que têm 2 ha. Esse é que é o grande prejudicado, porque os grandes, que têm uma máquina atrás deles, que têm dezenas de hectares — e, em Castanheira, há poucos —, esses, têm sempre a possibilidade de rentabilizar.

A nível de câmara municipal, tem havido bastantes apoios, tem havido apoios centrais, no aspeto da abertura de estradões e de caminhos, e também têm sido dados apoios, e isto é importante, aos sapadores florestais. E nós, em Castanheira de Pera, temos duas equipas de sapadores florestais. Como Castanheira de Pera fica na serra da Lousã, a antiga freguesia de Castanheira de Pera, que era o Coentral, fica mesmo na vertente sul da serra da Lousã, temos a comissão de baldios onde há uma equipa de sapadores, que desenvolve um papel importante e, portanto, tem tido apoios, no aspeto da compra de maquinaria... Portanto, na parte da antiga freguesia, temos também a equipa de sapadores, que tem apoios, tal como também há apoios às câmaras municipais para abrirem estradões, para as faixas de contenção. Para tudo isso tem havido apoios, não discuto essa situação, e o Sr. Deputado, certamente, também sabe perfeitamente disso, agora, para o pequenino... É como o mexilhão... Esse é que é o problema.

Mas há uma situação que quero, realmente, frisar. O incêndio, em Castanheira, fez arder cerca de 65% do concelho. A parte norte do concelho, que é a serra da Lousã, a parte vertente é Castanheira de Pera, e a antiga freguesia do Coentral, que tem uma área, mais ou menos, de 15 km², não ardeu. Ardeu uma grande parte, ardeu 65% do concelho. E, portanto, os sapadores florestais... Há muitos sapadores florestais e muitos baldios que estão na gerência da junta de freguesia, mas isso é quando não há conselhos diretivos, como o Sr. Deputado sabe, porque ali há conselho diretivo. A junta de freguesia, ali, não mete...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O bedelho...!

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Exatamente, precisamente isso.

Mas sabe, Sr. Deputado, o problema também é outro. É que, quando a Associação de Baldios... Quando não estão lá as antenazinhas, ninguém liga, mas, quando estão lá as eólicas, já toda a gente quer ter... Pois, essa já é outra razão. Portanto, nós, ali, em Castanheira, nesse aspeto, está tudo definido: comissão de baldios no Coentral, comissão de baldios Castanheira... Precisamente isso. E eles têm apoios, tenho-me apercebido disso, porque tenho falado com o presidente da comissão de baldios de um lado e do outro, e tem havido apoios, realmente, nesse sentido. Serão suficientes? Naturalmente, não serão os suficientes para aquela área de terreno, porque a freguesia de Castanheira de Pera, principalmente a antiga, que é a do Coentral, tem, praticamente, 15 km de serra, e tem uma população — imagine-se! — de 100 habitantes. O que é que se pode. O que é que se pode exigir a 100 habitantes, em termos de tratamento da floresta? Nem uma Lei das Sesmarias resolveria o problema!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, agradeço-lhe ter-nos dado esse panorama do que é a realidade local, pois isso é muito importante para as conclusões desta Comissão. É que, muitas vezes, fala-se dos apoios e não se sabe que a dimensão da propriedade, mesmo nos três concelhos, não é exatamente a mesma, tendo o concelho de Castanheira de Pera uma realidade bastante diferente.

O que lhe pergunto, e perguntava há pouco, tem a ver com algo que disse há pouco, quando referiu que onde, antes, havia 1 eucalipto, agora, há 10, e que é a questão da reflorestação *versus* regeneração. É que se há espécie que, se não é reflorestada, regenera com mais força, é o eucalipto.

E fez-se até, do meu ponto de vista injustamente, uma suposta guerra ideológica que separava os partidos a favor do eucalipto dos partidos contra o eucalipto. Ora, quem esteve no poder desde o incêndio são aqueles que diabolizavam o eucalipto.

O que pergunto é, com os apoios que foram dados, o que é que aconteceu no terreno para reduzir a dimensão do eucalipto naquele território.

O Sr. **Presidente**: — Sr. José Manuel Almeida Lourenço, tem a palavra, para responder.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, essa realidade de que fala é muito difícil de alterar de um dia para o outro.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Pois, eu também sei!

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — É exatamente isso.

Portanto, os fatores inerentes a toda esta situação já se conhecem muito bem. Como eu estava a dizer, a floresta, na zona de Castanheira de Pera, é constituída, na sua maior parte, por pinheiro bravo e eucalipto, depois, na zona norte, por castanheiros, é a zona da castanha, e tem também carvalhos. Agora, com o incêndio, o que é que aconteceu? O que aconteceu foi que o pinheiro ardeu. Então, para reflorestar, põe-se a semente, mas demora um tempo imenso a crescer. Já o eucalipto rebenta muito rapidamente. E, depois, ainda há outra situação, Sr. Deputado, que são as

espécies invasoras, que é, por exemplo, a acácia — e aquilo são autênticos alfobres! Vem o vento, leva as sementes e aquilo rebenta que nem cogumelos. São essas as espécies invasoras. É que nós, lá, somos capazes de ter metade eucalipto, metade pinheiro. Além de que, em Portugal — e não sou técnico de agricultura, mas, às vezes, até leio umas coisitas, quando tenho tempo e como sou rural e gosto de ler —, a primeira espécie nacional não é o eucalipto, este vem em terceiro lugar, mas, sim, os montados alentejanos, o sobreiro e a azinheira, a seguir vêm as resinosas, que também não é só o pinheiro, e, depois, em terceiro lugar, é que vem o eucalipto, com mais de 20%.

Mas sabem o que aconteceu naquela zona? Há alguns anos, quando começaram a surgir os primeiros incêndios na região, foi quando começou a aparecer o eucalipto. E as pessoas começaram a plantar o eucalipto, com uma rentabilização muito mais rápida, por uma questão de economia. E foi então que apareceram as grandes celulosas.

Ora, o pinheiro tem uma rentabilidade mais diminuta, porque demora muito tempo a crescer — a realidade é esta.

Entretanto, as pessoas abandonaram os campos e, ao abandonarem os campos, vieram esses incêndios devastadores.

E, Deus queira que eu esteja enganado, mas começa a haver condições para que incêndios como o de 2017 voltem a acontecer. Só que, em termos de mortes, acredito que não. E por que é que acredito que não? Porque as pessoas estão mais conscientes. As mortes que aconteceram na EN 236 foram de pessoas que entraram em pânico. Havia pessoas que estavam na nossa Praia das Rocas e saíram do meio da água — uma piscina de 2 km! — e foram meter-se na estrada. Todas essas pessoas morreram na estrada, exceto três pessoas, um casal de idosos de 90 anos de idade que tinham a janela aberta e uma senhora invisual.

O que é que quero dizer com isto? Quando andei no terreno, estive lá com um técnico, que não sei se era do IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana), um senhor já mais velho do que eu, a quem eu disse que, muitas vezes, na comunicação social ouve-se dizer que, se se aproxima um incêndio lá ao fundo, temos de abandonar as casas. Ora, isso não é correto. Nós só podemos abandonar as casas em segurança, quando temos a certeza de que a estrada que nos leva está desimpedida. É que, se não fizermos isso, vamos morrer, como aconteceu neste caso.

Portanto, a nossa casa é sempre a nossa segurança, porque, por exemplo, se o incêndio aparece numa divisão, nós fugimos para a outra e, se o incêndio entretanto se extingue, nós resolvemos o problema. Esse é o conhecimento que o incêndio também nos dá. E esse técnico dizia-me: «Ó Presidente, o senhor tem uma certa razão naquilo que está a dizer! Já viu, três pessoas que morreram, que saíram de casa, meteram-se no carro e todos eles morreram na estrada. Todos eles morreram na estrada». Tudo na estrada. Portanto, a conclusão a que se chega é precisamente essa.

Por isso, digo que, deste incêndio, em termos de vítimas, podemos tirar esta ilação, que, na minha perspectiva, é importante.

Agora, em termos de danos materiais, não digo que, se surgir outro incêndio, eles vão ser inferiores àqueles. Mas, em termos humanos, que é aquilo que mais nos pesa, a minha percepção é essa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O que o senhor disse sobre a questão do eucalipto é, de facto, a realidade. No minifúndio, que não existe só naquela região, mas existe em toda a região centro e quase chegando à região norte, a vida de muitas famílias baseia-se na possibilidade de fazerem um corte regularmente e poderem ter aí o equilíbrio do seu

orçamento familiar. E a questão da substituição de outras espécies por eucaliptos tem muito a ver com o abandono dos campos e com a frequência dos incêndios. E, obviamente, que há aí uma conciliação de rendimento com risco — reduz o risco, porque o rendimento é muito mais imediato.

O que é que isto quer dizer? Que tem de se deixar que seja assim? Não! Tem de se dizer que, se se quer uma política pública que promova o contrário, é preciso ter uma política pública que apoie estas pessoas a, por exemplo, fazerem uma reflorestação em que as espécies sejam substituídas umas por outras. Mas não se deve obrigar as pessoas a substituírem as espécies e não lhes dar qualquer apoio, porque aí estamos a causar um prejuízo brutal a essas famílias.

O que pergunto é, primeiro, se houve algum programa, independentemente de ter havido ou não algum apoio, para que, junto dos pequenos proprietários, houvesse informação suficiente sobre planeamento florestal para que, em vez de regenerar o eucalipto, pudesse ter sido feita plantação de outras espécies. E, segundo, se houve algum plano destes em que houvesse, do ponto de vista económico, uma compensação ao pequeno proprietário por estar a prescindir de um rendimento mais imediato e a arriscar mais, uma vez que obviamente o tempo que leva a crescer, por exemplo, um pinheiro, que nem sequer é o ideal, é um tempo em que a possibilidade de existir um incêndio duplica ou triplica. Portanto, pergunto se houve alguma destas duas coisas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. José Manuel Almeida Lourenço, tem a palavra, para responder.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Almeida, o Sr. Deputado conhece, portanto, essa zona e a zona de Castanheira de Pera, uma zona pequenina. Ora, o que é que falta

para esses tais ditos fundos? Quanto ao que me perguntou, em primeiro lugar, não tive conhecimento e também não estive presente em nenhuma sessão.

Mas algo importantíssimo na canalização desses fundos são as associações agrícolas. Como em todo o lado, os grandes concelhos têm as suas associações agrícolas. E, com as associações agrícolas, aí sim, o pequeno proprietário já se sentiria protegido. Então, os fundos, as candidaturas e tudo isso seria canalizado através das associações agrícolas que, infelizmente, em Castanheira de Pera, não temos. É uma lacuna. E essa é uma das razões por que, muitas vezes, os subsídios não chegam. As candidaturas são feitas para um conjunto enorme de pequenos proprietários, através do associativismo, e aí pode-se colmatar o problema. Agora, em Castanheira de Pera, não há esse associativismo. E a culpa é de quem? A culpa é também nossa. É que, se houvesse esse tipo de associativismo — e estou a falar no setor das madeiras agrícolas, pois noutros setores há grandes cooperativas agrícolas —, então, aí, já entrariam esses fundos. Em Castanheira de Pera, pela dimensão do concelho e tudo isso, aí, não temos e somos altamente prejudicados por isso. Para mim, a falta do associativismo é uma das razões para isso acontecer, pois, a existir, ele iria dinamizar todo esse processo.

Após o 25 de Abril, o associativismo existia em todo o lado, nas comissões de moradores, etc. Ora, aqui, houve só duas pessoas que estiveram à frente dessas associações, mas que, infelizmente, já morreram. A malta nova não tem esse espírito e tudo isso terminou. E estamos nisto.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, estes esclarecimentos foram muito interessantes, pelo que vou fazer-lhe uma

última pergunta. Isto, apesar de eu ter dito que não ia gastar o tempo todo e, depois, acabei por gastá-lo, está quase a terminar.

Risos.

É que o tema desenvolveu-se mais do que eu pensava. Vou fazer-lhe só mais uma pergunta.

O Sr. Presidente é o primeiro presidente de junta de freguesia que ouvimos nesta Comissão, ainda vamos ouvir outros. Mas quero perguntar-lhe o seguinte: considerando que tem uma situação excecional, que é a da coincidência do território com a do concelho, o que tem naturalmente diferenças, gostaria de saber se notou se, no processo de apoios, houve outras juntas de freguesia que tiveram um papel diferente ou se, na generalidade dos casos, estes processos foram conduzidos essencialmente através da articulação CCDR/IHRU, primeiro, CCDR/REVITA e serviços municipais.

O Sr. **Presidente**: — Sr. José Manuel Almeida Lourenço, tem a palavra, para responder.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Almeida, os meus colegas vizinhos estiveram no terreno, tal como eu estive, na questão da ajuda na distribuição de bens, mas, nessa situação de que me está a falar do REVITA, sinceramente não lhe posso responder, porque não sei. No entanto, acredito que, provavelmente, o tratamento do assunto devia ser muito idêntico ao de Castanheira de Pera. Porém, não posso fazer uma afirmação dessas porque não falei sobre esse assunto com os meus colegas. Sei que eles se empenharam, como todos se empenharam, na distribuição de bens — isso não está em causa. Agora, nessa

situação de avançar para a questão desse Fundo REVITA, das CCDR, isso aí, não tenho conhecimento.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, por dever de ofício, devolvo-lhe a palavra, mas não sei o que quer fazer com ela.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Terminei, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Terminámos, assim, a primeira ronda. Vamos passar à segunda ronda, cujo modelo é diferente, conforme referi. Cada grupo parlamentar dispõe de 5 minutos para colocar as questões, havendo uma resposta conjunta no fim.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Patrício Oliveira, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente de Junta, tenho-o ouvido atentamente e diria que foi chamado no levantamento feito pelo IHRU, portanto, esteve presente no início desse levantamento, mas depois — e quase ariscava dizer que às vezes se esquecem-se dos presidentes de junta — deixaram de o chamar. Mas, provavelmente porque conhece bem Castanheira, que não é muito grande, conseguiu perceber se havia depois alguém a fiscalizar. Conseguiu perceber se havia ou não fiscalização? Muitas vezes, quando há estas fiscalizações, são muitos, às vezes até engravatados e são fáceis e identificar num espaço tão pequenos.

Pergunto também sobre aquilo de que falou acerca dos Médicos do Mundo. A quem é que a Associação reportava? Tenho essa dúvida.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, repita, por favor, porque não foi entendido.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Refiro-me aos Médicos do Mundo. A quem é que a Associação Médicos do Mundo reportava? Os donativos em espécie foram todos distribuídos? Tem conhecimento disso? Ou se ainda há donativos em espécie para distribuir?

Há pouco dizia que seria importante haver reforço para as segundas habitações. Concorda comigo se eu disser que o apoio que foi dado aos agricultores devia ter sido assumido diretamente pelo Governo e não pelo Fundo REVITA, uma vez que foi 58% desse valor?

Também disse há pouco que o REVITA não era para apoiar as casas abandonadas e, com certeza, o que eram barracões. Numa freguesia com 3000 eleitores, se não estou em erro, se existiu algum tipo de apoios para barracões ou casas abandonadas — há pouco disse que as casas abandonadas não — facilmente se veria. Houve, de facto, apoios a alguns barracões?

No levantamento, quando acompanhou o levantamento, no início, como nos transmitiu, foram identificados barracões ou casas abandonadas? Refiro-me a esse levantamento inicial.

Para terminar, há uma expressão sua que eu gostava que aprofundasse um pouco mais: «pressões diabólicas».

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Marina Gonçalves, do PS.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente de Junta, antes mais, queria agradecer os esclarecimentos que nos tem dado e, sobretudo, esta visão franca e mais humanista que nos trouxe, que nos permite aqui humanizar, e bem, uma questão que foi — usando as palavras que foram agora utilizadas — quase diabolizada. Aliás, o PS também se solidariza com o repúdio que fez por ter havido uma tentativa,

nomeadamente na comunicação social, de tornar aquilo que são vítimas em criminosos. Portanto, nesse aspeto, concordamos consigo e achamos que essa não deve ser em nenhum momento a perspetiva, seja desta Comissão de Inquérito, seja de outros fóruns.

Fazia esta primeira nota para enquadrar aquela que é a minha primeira questão, que se refere à necessidade de avaliar o processo com humanismo e sensibilidade social que envolveu a definição daquilo que eram os danos e as ajudas que eram necessárias.

Como já referiu, e bem, o levantamento das necessidades foi feito logo após os incêndios, naqueles primeiros dias. Embora não seja parte direta naquilo que foi o processo de atribuição dos apoios no âmbito do Fundo REVITA, como já aqui deixou claro, referiu também que acompanhou esse levantamento inicial, o trabalho das equipas multidisciplinares que fizeram o levantamento das necessidades da população, quer ao nível da habitação, quer ao nível dos apoios agrícolas. Ora, o que lhe pergunto é sobre o contexto concreto em que este levantamento foi feito.

Concretizando um pouco qual é o meu propósito com esta pergunta, diria que o que queremos perceber é o estado em que encontraram a população, a informação que tinham...

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, importa-se de fazer uma pausa, só para terminar o registo dessa pergunta?

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Com certeza, Sr. Presidente.

Pausa.

Concretizando: o que queria perceber era qual foi a resposta da população a este problema. Qual era o estado psicológico destas famílias?

Qual foi a dificuldade em comprovar os danos inerentes aos incêndios, nomeadamente devido à destruição de documentos que possa ter acontecido com os incêndios, e também o esforço que foi feito conjuntamente? Em nenhum momento fomos em causa a boa-fé do processo, mas queríamos saber do esforço que foi feito conjuntamente para, em tempo recorde, conseguir identificar todos estes danos e, em função disso, identificar quais os apoios necessários. Pedia-lhe que nos referisse o que encontrou no terreno quando acompanhou estas equipas no momento do levantamento.

Sobre a questão dos apoios agrícolas, já aqui foram feitas várias perguntas sobre esta matéria. No âmbito do REVITA — estes são dados públicos —, 58% dos apoios foram ajudas agrícolas e, também segundo os dados que temos, estes apoios estão integralmente realizados.

A ajuda que foi dada no âmbito do REVITA — o Deputado do PCP também já aqui o referiu — cobre os prejuízos entre os 1053 € e os 5000 €, nomeadamente porque já existiam outros instrumentos para cobrir quer até aos 1053 quer a partir dos 5000, pela Portaria n.º 254/2017, no caso dos valores até 1053 €, e depois no do âmbito do PDR 2020.

Não vamos pôr aqui em causa, como já aconteceu, não nesta Comissão mas noutros fóruns, pelo PSD, que pôs em causa também a atribuição de apoios e as famílias a quem foram atribuídos estes apoios. Acreditamos, obviamente, que os apoios foram dados às famílias que deles necessitavam. O que lhe peço é a sua perceção sobre a forma como eles foram atribuídos e a clareza na atribuição dos apoios agrícolas, no âmbito do REVITA.

Referiu-nos ainda que os grandes prejudicados — não apenas no âmbito do REVITA mas imagino que estava a falar de todos os apoios que foram dados ao setor agrícola — foram os pequenos agricultores. Queria que densificasse e clarificasse um pouco o que queria dizer. Refere-se à opção das famílias por abandonarem estas terras e saírem destas localidades, fala na burocracia na atribuição destes apoios e naquilo que era o enquadramento

legal destes três instrumentos que aqui referi ou considera que o apoio que foi atribuído era reduzido e, portanto, foi por aí que houve um prejuízo para os pequenos agricultores?

Pedia que clarificasse o que é que quis dizer com os grandes prejudicados terem sido os pequenos agricultores.

Finalmente, já aqui foi referida a questão da execução do Fundo REVITA e o enquadramento legal deste Fundo, tendo respondido ao PCP que a sua leitura do enquadramento legal do REVITA era apenas a de que apenas se poderia aplicar às habitações permanentes. Para o PS, concordamos com a interpretação feita pelo PCP de que não há nenhuma exclusão expressa das segundas habitações, mas há, efetivamente, e disso não há dúvidas, uma priorização das primeiras habitações, das habitações permanentes.

Portanto, tendo em conta que o REVITA é financiado pelos donativos que foram entregues por variadíssimas entidades, neste caso, por privados, e também por transferências de entidades públicas, e que, sabendo da escassez que existia no Fundo REVITA face às necessidades já identificadas em habitações permanentes e em apoios agrícolas, foi necessária uma decisão, por parte do Governo, de fazer uma transferência de 2,5 milhões de euros para permitir que fossem salvaguardadas essas ajudas, o que lhe pergunto é, discordando da interpretação que fez e partindo do princípio que o REVITA também abrangeria as segundas habitações, se efetivamente no Fundo REVITA, tendo em conta este enquadramento financeiro, a priorização que foi feita não foi a correta, tendo em conta as necessidades mais essenciais da população.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Dias, do Grupo Parlamentar do PCP.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Presidente José Lourenço, há pouco terminei a minha intervenção falando daquilo que foi a municipalização relativamente às segundas habitações e, em continuidade desta linha de questionamento, iria no sentido de uma outra responsabilização dos municípios, nomeadamente no que teve a ver com a atribuição aos municípios de competências até mesmo para a limpeza de terrenos, em substituição dos proprietários quando estes não concretizassem essa limpeza, não conseguindo estes ter condições para essa limpeza dos terrenos.

Pergunto se concorda com a apreciação que fazemos de que as câmaras municipais, as autarquias, não estavam dotadas nem de condições técnicas nem de recursos humanos, até mesmo de técnicos adequados para a gestão florestal, para responder a essas necessidades que lhes foram cometidas e se neste momento já estão ou não com condições para resposta a esta situação.

Uma questão que aqui foi também falada, e tivemos uma intervenção muito incisiva sobre esta medida que o Governo, insistentemente, tem mantido nos sucessivos orçamentos do Estado, refere-se à tal multa em dobro. Há ou não um pavor, um assustar da população porque se não fizerem a limpeza são multados no dobro? Esta é uma situação mais de coação, de forma muito agressiva, para fazerem a limpeza do que, propriamente, uma situação de sensibilização necessária. É que também não vamos explorar mais aqui a falta de rendimento que a floresta tem, o que não permite fazer adequadamente a sua gestão.

Há uma outra situação, de que aqui falámos de forma muito superficial, que tem a ver com a situação da saúde e psicossocial.

Em termos psicossociais, temos a certeza que essas populações, ainda que não tenham tido nestes últimos três anos incêndios — naturalmente que, depois de ter ardido tudo, não tinha muito mais para arder —, sabem ou têm o sentimento de que, mais dia, menos dia, poderão estar sujeitas à mesma

situação, com a mesma dimensão se não for pior, porque, como aqui disse, o caminho não tem sido o melhor.

É que há uma ideia no Governo que é a de que está no caminho certo e, como não há incêndios a seguir a incêndios, diz que aqui está a prova. Mas as populações sabem que de um ano para o outro não se muda aquilo que precisa de anos e anos e que uma política certa, no caminho certo, precisa de anos e anos. O que lhe quero perguntar é se os apoios estão no caminho certo e na direção correta para evitar futuras desgraças.

Para terminar e naquilo que tem a ver com as vítimas — algumas delas ficaram com problemas de saúde, nomeadamente queimados que resultaram deste incêndio —, pergunto se algumas delas continuam a precisar de cuidados de saúde e se esses cuidados de saúde estão a ser assegurados ou se elas estão a ter custos e gastos que não deveriam ter, porque para estas vítimas os apoios deveriam ser a 100%. Aliás, na lei de apoio às vítimas havia um compromisso no sentido de elas terem um apoio a 100%.

Já que tem também uma ligação à saúde por via da profissão que exerce na comunidade, pergunto se há ou não vítimas que sofreram danos físicos e que estão a ter gastos com a saúde quando poderiam e deveriam ser apoiados.

O Sr. **Presidente**: — Terminada esta ronda de perguntas, dou a palavra ao Sr. José Lourenço, que tem muito material para poder falar.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Mas eu já falei tanto!...

Sr. Deputado Hugo Oliveira, quanto ao levantamento e à fiscalização, estive no levantamento das casas ardidas com técnicos do IHRU, com a segurança social, com a CCDR, com a DRAP (Direção Regional de Agricultura e Pescas), com a câmara municipal e a junta de freguesia.

Houve esse levantamento que foi feito não só às casas de primeira habitação como às casas de segunda habitação e aos tais ditos anexos e/ou barracões. Portanto, isso foi feito.

A seguir falou da fiscalização. Nesse aspeto não vou responder porque não é da minha competência e não sei. Está esclarecido.

Outra pergunta era a quem reportava a Médicos do Mundo. Em cada dia tínhamos uma reunião na câmara municipal com os intervenientes no terreno. Quem é que estava presente nessa reunião? Era uma reunião, no fundo, do tipo proteção civil municipal. Estava presente a câmara municipal, o seu representante, a junta de freguesia, o seu representante, estava a Médicos do Mundo, estava a GNR, estavam os bombeiros voluntários, estava a Santa Casa da Misericórdia, estava o centro paroquial. Era feito um balanço diário e era programado o dia seguinte. Portanto, a Médicos do Mundo estava e dizia «hoje, fornecemos bens de primeira necessidade à população da Moita, tal, tal, tal...». Essa reunião era tipo um *briefing*, onde era tudo posto em pratos limpos.

Sobre se ainda há donativos, se há eu não tenho conhecimento. Como lhe disse, e fui muito franco, na junta de freguesia não estão, nunca lá estiveram, portanto ponto final.

Em relação a apoios à agricultura, o Governo e não o REVITA... Na minha perspetiva, se o Governo e o REVITA estivessem em conjunto seria sempre melhor, em vez de se receber 10 podia receber 20... Essa é a ideia que eu tenho.

Se houve ou não apoios a barracões, houve. Como eu disse, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa — obrigado, Dr. Santana Lopes — apoiou-nos com quatro barracões, que eram uns anexos.

Sobre se no levantamento foram identificadas casas abandonadas, já respondi a essa pergunta, dizendo que o levantamento feito foi geral. Nós íamos para a tipologia da casa — uma casa com primeiro andar e rés-do-

chão ardeu 50%, ardeu 20%; com uma área de x metros quadrados... Todas essas situações eram discriminadas.

Pressões diabólicas, pressões diabólicas... É nessa altura que uma pessoa tem de ter nervos de aço, Sr. Deputado. O problema ali é a pressão, o nosso cérebro deixa de funcionar e funciona o coração. Se chega um amigo seu e lhe diz «Sr. Deputado, ardeu-me tudo, eu preciso disto...». O Sr. Deputado, muitas vezes o que é que diz? Pronto, até posso, muitas vezes, não ser o mais correto, mas vendo a desgraça em que se encontra, às vezes podemos ultrapassar o nosso limite. É isso que eu digo que são pressões diabólicas.

Não é fácil. Só quem esteve no terreno a ver as pessoas sem haveres, com tudo o que é de hortícola queimado... Acho que respondi.

Em relação à Sr.^a Deputada Marina Gonçalves, reporta à população levantamentos no terreno... Já respondi diversas vezes a essa situação, à questão dos levantamentos, a tudo isso... Fizemos, a população esteve connosco. Envolvemos a população. A população tinha de estar connosco, porque tínhamos de saber de quem era a casa: «ardeu esta casa, de quem é?» «Esta casa é de fulano, de beltrano.»

Portanto, nós recrutávamos sempre uma pessoa de cada aldeia, conhecedora, para nos acompanhar. Por muito que o presidente da junta tenha conhecimento, há coisas que nos fogem.

Sobre apoios do REVITA e clareza. Eu respondi. Continuo na mesma tecla: houve apoios, tudo muito bem, mas, na minha perspetiva, os pequenos deviam ser mais apoiados.

Sobre REVITA, habitação, não clareza... A Sr.^a Deputada defende que estava claro. Eu, na altura — não é uma responsabilidade minha, Sr.^a Deputada, não é responsabilidade do presidente da junta. O Governo central ainda não passou essas competências, portanto não as tenho. Sobre isso não tenho nada a dizer.

Sr. Deputado João Dias, relativamente a competências para limpeza, tenho a dizer-lhe uma coisa. O senhor e os restantes Srs. Deputados aqui presentes é a primeira vez que vão ouvir, com certeza, da parte de um presidente de junta — algumas coisas já foi a primeira vez que ouviram — o seguinte: a União de Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral, quando surgiu a Lei n.º 75/2013, que fazia a transferência da maior parte das limpezas para as juntas de freguesia, depois de instalada, tinha meio ano para fazer essas transferências. Só que a Junta de Freguesia de Castanheira de Pera e Coentral estava a trabalhar em duodécimos, porque o orçamento foi chumbado na assembleia de freguesia. Eu, como já sou um especialista em duodécimos, porque andei a trabalhar quatro anos em duodécimos... Devo ser o único. Consigo combater o Deputado João Almeida. Nesse aspeto, sou o único, quatro anos em duodécimos... Como estou a trabalhar em duodécimos, não estou a trabalhar com o meu orçamento, não posso fazer revisão orçamental. Certo? Tinha de incluir, precisamente no orçamento, diversas rubricas, e não as pude incluir. Logo aí morreu, não há hipótese de transferências.

Quanto às competências, a Lei n.º 50/2018... Felizmente, já tenho maioria na assembleia de freguesia, mas em junho — tinha de ser até junho — a Câmara Municipal de Castanheira de Pera avocou todas as competências e a junta de freguesia não tem nenhuma competência! Pois! Sabe que as competências também não podem funcionar só como título, também tem de vir o envelope financeiro.

Eu sou presidente de junta, mas também tenho os meus números. Não acha, Sr. Deputado?

E, então, limpezas, não há! Aquelas limpezazinhas que nós fazemos naqueles caminhos, temos de fazer essas limpezas. Sobre isso estamos esclarecidos.

Sobre multa da população e limpeza, isso eu já fui ver, Sr. Deputado, e fiz um elogio aos Srs. Guardas Republicanos. Antigamente é que era, neste momento a perceção que eu tenho é a de que eles não vão multar nenhum agricultor e vão dizer: «Meu amigo, olhe que está a 50 m ou a 100 m da habitação, tem de limpar.» A GNR não vai para a multa, esse tempo já passou. É essa a opinião que tenho.

Sobre apoios para evitar futuras desgraças também já falei. Isso é sempre a tal pescadinha com o rabo na boca.

Relativamente a vítimas dos incêndios com apoios. Essa é a minha área. Se o Sr. Deputado não sabe posso informá-lo. E vou dar-lhe uma boa notícia... É a minha área, porque estou na área da saúde, estou na farmácia diariamente. Temos *n* pessoas de Castanheira de Pera que foram queimadas. Saiu uma portaria, salvo erro em 2018, que contempla a gratuidade dos medicamentos. Tinha conhecimento, Sr. Deputado?

O Sr. João Dias (PCP): — Sim!

O Sr. José Manuel Almeida Lourenço: — Então, aí está.

Mas eu tenho conhecimento porque estou no terreno a trabalhar com medicamentos.

Acho que respondi a todos. Se houver alguma dúvida...

O Sr. Presidente: - Muito obrigado, Sr. José Lourenço.

Vamos agora entrar na terceira ronda de perguntas.

Em primeiro lugar, está inscrito para usar da palavra, pelo Grupo Parlamentar do PSD, o nosso relator, o Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Paulo Oliveira (PSD): - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Queria obter alguns esclarecimentos. Há uma pergunta a que o senhor diz que respondeu, mas julgo que não respondeu. Trata-se de uma pergunta que foi colocada pelo Deputado João Dias e que é importante.

Falámos aqui do apoio psicossocial. Sr. Presidente José Lourenço, há uma lei, que é a Lei n.º 108/2017, de 23 de novembro, que estabelece medidas de apoio às vítimas de incêndios florestais ocorridos, exatamente, entre 17 e 24 de junho. No seu artigo 4.º, que vou ler, diz o seguinte: «As vítimas dos incêndios têm direito ao acompanhamento prioritário por médicos psiquiatras, psicólogos e outros técnicos da área da saúde mental, acompanhamento que deve ser assegurado através das unidades de cuidados de saúde primários de cada um dos concelhos atingidos pelos incêndios.»

A minha pergunta é simples: este apoio está ou não a ser prestado?

Repare, nós temos falado muito em apoios. Falámos aqui dos apoios da reconstrução de habitações, que é uma área importante, falámos de apoios à agricultura, que é também uma área importante, falámos de apoios às empresas — não especificámos, mas falámos sobre elas — e depois há aqueles apoios mais imediatos, que também tiveram consagração legislativa. Gostava de lhe perguntar se tem conhecimento dos mesmos e até que ponto é que eles tiveram aplicação prática.

Isto porquê? É que um dos objetivos desta Comissão é identificar os apoios e depois perceber se os apoios, de facto, chegaram ao terreno, se foram eficazes. E essa eficácia depende de muitos fatores: se os mesmos estavam suficientemente ou insuficientemente dotados de meios financeiros, se os mesmos eram simplificados ou se estavam demasiado burocratizados e até se eram do conhecimento, se tiveram uma efetiva divulgação e conhecimento por parte dos... Sendo o Sr. Presidente da Junta um homem próximo dos cidadãos, sendo até uma das suas funções, como fez referência, endereçar, acompanhar, encaminhar para a resolução, pergunto se era do seu conhecimento, por exemplo, que, no âmbito da Portaria n.º 254/2017, de 11

de agosto, que existiam apoios financeiros a famílias para pagamentos de despesas com rendas em situações de alojamento para habitação temporária, se teve conhecimento que no seu território houve apoios para aquisição de bens e serviços de primeira necessidade, como alimentação, vestuário, saúde, aquisição de instrumentos de trabalho. Pergunto se, por exemplo, ainda no âmbito da agricultura, fora do REVITA, e fora dos apoios inferiores a 1500 €, e fora do apoio do PDR 2020, teve conhecimento de apoios a subsídios aos agricultores para a aquisição de bens imediatos, inadiáveis, referentes a animais, plantações plurianuais, máquinas, equipamentos, enfim, e todos os outros tipos de materiais necessários ao apoio da atividade agrícola.

Faço esta pergunta porque, de facto, há muitos apoios em que ficámos na dúvida se chegaram ao terreno, apesar de existir uma norma legislativa, se eram do conhecimento... Sei que não é obrigado a responder-me ao que perguntei, porque isso não estava nas suas competências, mas pela sua proximidade dos problemas, pergunto-lhe se tem conhecimento dos mesmos e se pode falar sobre eles. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Hugo Patrício Oliveira.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Junta, há pouco, se calhar, não fui muito claro e, portanto, vou tentar ser mais agora para que me possa responder a uma questão.

O REVITA tinha uma dotação, se não estou em erro, de 7 milhões e como o apoio, tal como disse, era para a primeira habitação, habitação permanente, era importante haver um reforço para as segundas habitações. Por isso, é que perguntei se concordava comigo se dissesse que os apoios

que foram dados na área da agricultura, em relação aos quais nada tenho contra, antes pelo contrário acho que são fundamentais, não deveriam ter sido dados fora do REVITA porque 58% do REVITA foi para os apoios agrícolas. Portanto, não deviam ter sido dados fora do REVITA e assim já conseguiríamos ter o apoio para as segundas habitações, que era tão importante. Não concorda com a minha afirmação?

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Há ainda uma última inscrição, do Sr. Deputado João Dias, do PCP.

Tem a palavra por 2 minutos.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Antes de mais, nesta última intervenção, quero agradecer a forma como o Sr. Presidente da Junta aqui esteve a defender não só a sua freguesia, como também os seus fregueses. Apreciei muito a forma como conseguiu colocar acima de todos os interesses os interesses da freguesia. Foi lapidar quando disse: não deixei de manifestar o meu apoio. E, por isso, queria agradecer a forma como aqui esteve, com uma autenticidade muito grande.

Uma das frases iniciais que disse foi que devemos aprender com os nossos erros, por isso, e para concluir, perguntava-lhe se, de facto, aprendemos alguma coisa com esta lição amarga que tivemos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, o Sr. José Lourenço.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Srs. Deputados, vou responder ao Sr. Deputado do PSD, Jorge Paulo Oliveira, sobre a questão do apoio psicológico e se neste momento é importante...

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Ou naquela altura...

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Neste momento, continua a haver esse apoio, tenho dele conhecimento devido à profissão que exerço.

Portanto, em Castanheira de Pera continua, como disse, a estar lá uma doutora, psiquiatra. E está também um enfermeiro, que dá, realmente, esse apoio prioritário às vítimas do incêndio. O enfermeiro chega ao ponto de fazer domicílio e, portanto, em termos de saúde, está no terreno.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Muito bem.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Quanto ao que me diz sobre o apoio na questão das rendas, sei — também tenho conhecimento — que houve agricultores que foram apoiados com alguma maquinaria, isto logo no início. Ardeu-lhes a maquinaria, tratores e algumas alfaias agrícolas, e também tenho informação de que houve apoio. E posso acrescentar que a União das Misericórdias Portuguesas foi uma das entidades que também esteve no terreno, na questão, precisamente, dos agricultores.

Quanto à questão do REVITA, julgamos o REVITA, eu não estou de acordo e o Sr. Deputado está de acordo, e há leituras diferentes, mas a verdade é precisamente essa: quando pegamos numa lei, uns interpretam de uma maneira e outros de outra, porque se não não havia advogados. O que quero dizer, sem ofender ninguém, claro, é que a minha posição continua a ser a mesma. Lamento que seja essa a minha interpretação, mas continua na mesma.

Perguntava-me o Sr. Deputado do PCP, João Dias, se aprendemos alguma coisa. Espero que sim. Algumas coisas ficam retidas, disso não tenho absolutamente dúvida nenhuma, porque elas estão presentes; o problema é que elas estão presentes. Conhecendo nós as pessoas, elas estão presentes.

Sr. Deputado, se vivesse lá, estava sempre presente, sempre presente. Isso não desapareceu e vai manter-se durante dezenas de anos, vai manter-se sempre presente. Portanto, temos, forçosamente, de aprender com esta situação.

Diz-me o Sr. Deputado que não será o suficiente. Pode não ser o suficiente, mas aprender, temos de aprender.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. José Lourenço.

Só para terminar, queria agradecer a sua presença nesta audição, a sua generosidade e a sua autenticidade. Se o senhor mais não deu a esta Comissão foi porque mais não tinha para dar, e colaborou em tudo o que pôde.

Queria também dizer-lhe que o Sr. Presidente foi um herói no meio de heróis e continua a ser um herói, desde logo porque foi reeleito pelos seus pares.

Portanto, em meu nome e em nome da Comissão, se outra coisa não for, pedia-lhe que mandasse um abraço muito solidário desta Comissão para estas populações sobre as quais o senhor tem o seu mandato. E queria dizer-lhe que, nesta Assembleia, neste dia — mas não é só hoje —, estamos muito solidários com o que aconteceu, com quem perdeu tudo, ou perdeu muito, sem ter nenhuma responsabilidade.

Mais uma vez, muito obrigado.

O Sr. **José Manuel Almeida Lourenço**: — Sr. Presidente, muito obrigado pelas suas palavras.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

Eram 20 horas e 13 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.